

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BÁRBARA JARDIM ZIETLOW

**NACIONALISMOS E INSURGÊNCIAS NA *VATAN* KEMALISTA: A
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE TURCA MODERNA E A
SECURITIZAÇÃO DA ALTERIDADE CURDA**

Porto Alegre

2019

BÁRBARA JARDIM ZIETLOW

**NACIONALISMOS E INSURGÊNCIAS NA VATAN KEMALISTA: A
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE TURCA MODERNA E A
SECURITIZAÇÃO DA ALTERIDADE CURDA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Dra. Silvia Regina Ferabolli

**Porto Alegre
2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Zietlow, Bárbara Jardim

Nacionalismos e insurgências na vatan kemalista: a construção discursiva da identidade turca moderna e a securitização da alteridade curda / Bárbara Jardim Zietlow. -- 2019.

71 f.

Orientador: Silvia Regina Ferabolli.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Questão curda. 2. República da Turquia. 3. Ameaça ontológica . 4. Percepção de ameaça. 5. Estudos pós-estruturalistas de segurança. I. Ferabolli, Silvia Regina, orient. II. Título.

BÁRBARA JARDIM ZIETLOW

**NACIONALISMOS E INSURGÊNCIAS NA VATAN KEMALISTA: A
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE TURCA MODERNA E A
SECURITIZAÇÃO DA ALTERIDADE CURDA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Dra. Silvia Regina Ferabolli

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2019.

Profa. Dra. Silvia Regina Ferabolli – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
UFRGS

Profa. Dra. Tatiana Vargas Maia
UNILASALLE

Ao povo curdo.

Pelo direito de viver em paz.

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa jornada não seria possível sem o apoio e o carinho da minha família. Ao meu pai, Paulo, agradeço por ter me ensinado o apreço pela boa conversa, assim como o entusiasmo pela história, pela leitura e pela política. A minha mãe, Carla, agradeço por ter me ensinado o valor da empatia, do afeto e do trabalho árduo. Vocês me mostraram que é preciso lutar contra as injustiças e ter um olhar acolhedor para aqueles que mais necessitam. Agradeço por vocês terem me ensinado que o que a vida quer da gente é coragem e que não devemos desistir mesmo quando tudo parece perdido. Ao meu irmão, Fabrício, que me mostrou o que é amor incondicional.

Aos meus amigos e amigas. Pelos momentos de alegria e acolhimento. Pelas idas ao cinema, ao teatro e às exposições. Pelas noites e pelas manhãs de conversas e sonhos compartilhados. Obrigada por sempre me levarem além.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino de excelência, público e gratuito. Em tempos nefastos de ataques frontais aos valores democráticos, de repressão da pluralidade e de exaltação da ignorância, é um dever preservar essa instituição. Não esqueço que, em um país violentamente desigual como o Brasil, onde 51% da população adulta possui no máximo o ensino fundamental completo, se formar em uma universidade federal é um privilégio e uma responsabilidade. Espero um dia poder retribuir e ajudar na construção de um país mais justo e afável com seu povo.

Agradeço aos professores e professoras que ajudaram na minha formação, não apenas como esboço de acadêmica, mas como sujeito atuante no mundo. Obrigada por me mostrarem que o livre pensar é resistência política. Em especial, agradeço à minha orientadora, Silvia Ferabolli, que acolheu esta pesquisa de peito aberto.

Agradeço ao povo curdo, que no momento que escrevo sofre mais um ataque à sua existência. Tantas fronteiras de distância, há pouco que eu possa fazer. Esse trabalho é um gesto humilde de solidariedade. É uma homenagem a todas as mães que perderam os seus filhos e a todas as crianças que tiveram as suas vidas interrompidas pela guerra.

*The river that everything drags is known as
violent, but nobody calls violent the margins
that arrest him.*

Bertolt Brecht

RESUMO

Esta monografia procura entender a relação entre os discursos disciplinares acerca do que é identidade nacional da Turquia, formulados em torno da ideia de *vatan*, e a alterização do povo curdo. Em diálogo com as contribuições teóricas dos estudos pós-estruturalistas de segurança, argumenta-se que existe um nexos relacional entre discursos constituintes sobre identidade e percepção de ameaças. Esta pesquisa visa, primeiramente, observar como, durante a formação do estado turco moderno, a securitização da divergência foi central para constituir e reiterar a identidade nacional da Turquia. Em um segundo momento, será analisado como o discurso de alteridade como ameaça foi mobilizado nas ações do governo turco contra o Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

Palavras-chave: Questão curda. República da Turquia. Discurso. Ameaça ontológica. Percepção de ameaças. Estudos pós-estruturalistas de segurança.

ABSTRACT

This essay seeks to understand the relationship between disciplinary discourses about what is to be a Turk, formulated around the idea of *vatan*, and the otherness of the Kurdish people. In dialogue with the theoretical contributions of poststructuralist security studies, it is argued that there is a relational nexus between constituent discourses on identity and threat perception. This research aims, firstly, to observe how, during the formation of the modern Turkish state, the securitization of divergence was central to constitute and to reiterate the Turkish national identity. In a second moment, it will be analyzed how the discourse of alterity as a threat was mobilized in the actions of the Turkish government against the Kurdistan Workers Party.

Keywords: Kurdish question. Republic of Turkey. Discourse. Ontological threat. Threat perception. Poststructuralist security studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da distribuição populacional curda_____p. 12

Figura 2 - Mapa das perdas territoriais do Império Otomano e da República da Turquia_p. 35

LISTA DE ABREVIATURAS

- AKP - Partido da Justiça e Desenvolvimento (Adalet ve Kalkınma Partisi)
- ARGK - Exército Popular do Curdistão (Arteshen Rizgariya Gelli Kurdistan)
- DEP - Partido da Democracia (Demokrasi Partisi)
- DTP - Partido da Sociedade Democrática (Demokratik Toplum Partisi)
- ERNK - Frente Nacional de Libertação do Curdistão (Eniya Rizgariya Neteweyî ya Kurdistanê)
- GRC - Governo Regional do Curdistão (Hikûmetî Herêmî Kurdistan)
- HADEP - Partido da Democracia do Povo (Halkın Demokrasi Partisi)
- HDP - Partido Democrático dos Povos (Halkların Demokratik Partisi)
- HEP - Partido Trabalhista Popular (Halkın Emek Partisi)
- HPG - Forças de Defesa Popular (Hêzên Parastina Gel)
- HRK - Forças para a Libertação do Curdistão (Hazen Rizgariya Kurdistan)
- KADEK - Congresso da Liberdade e Democracia do Curdistão (Kongreya Azadî û Demokrasiya Kurdistanê)
- KCK - União das Comunidades do Curdistão (Koma Civakên Kurdistan)
- KGK - Congresso do Povo do Curdistão (Kongreya Gelê Kurdistanê)
- KNK - Congresso Nacional do Curdistão (Kongreya Neteweyî ya Kurdistanê)
- PDK - Partido Democrático do Curdistão (Partiya Demokrat a Kurdistanê)
- PDKI - Partido Democrático do Curdistão Iraniano (Hîzbî Dêmuokratî Kurdistanî Êran)
- PKK - Partido dos Trabalhadores do Curdistão (Partiya Karkerên Kurdistanê)
- PUK - União Patriótica do Curdistão (Yekîtiya Nîştimanî ya Kurdistanê)
- PYD - Partido da União Democrática (Partiya Yekîtiya Demokrat)
- TEV-Dem - Movimento por uma Sociedade Democrática (Tevgera Civaka Demokratîk)
- THKO - Exército Popular de Libertação da Turquia (Türkiye Halk Kurtuluş Ordusu)
- TIP - Partido dos Trabalhadores da Turquia (Türkiye İşçi Partisi)
- YDK - União Popular Democrática (Yenî Demokrat Kadın)
- YPG - Unidades de Proteção ao Povo (Yekîneyên Parastina Gel)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p.11
2 ABORDAGENS PÓS-POSITIVISTAS DE SEGURANÇA	p.15
2.1 O debate pós-positivista nas Relações Internacionais	p.16
2.2 A ampliação da agenda dos Estudos de Segurança Internacional	p.24
3 A FORMAÇÃO DISCIPLINAR DA IDENTIDADE TURCA MODERNA: O DISCURSO KEMALISTA DE VATAN	p.29
3.1 Mimetismo colonial e o fardo do homem turco	p.30
3.2 Síndrome de Sèvres e a alteridade como ameaça	p.34
4 IDENTIDADES INSURGENTES E A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA CURDA	p.41
4.1 Os desafios ao projeto kemalista: os golpes militares e a escalada de violência	p.41
4.2 A guerrilha do Partido dos Trabalhadores do Curdistão	p.49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.53

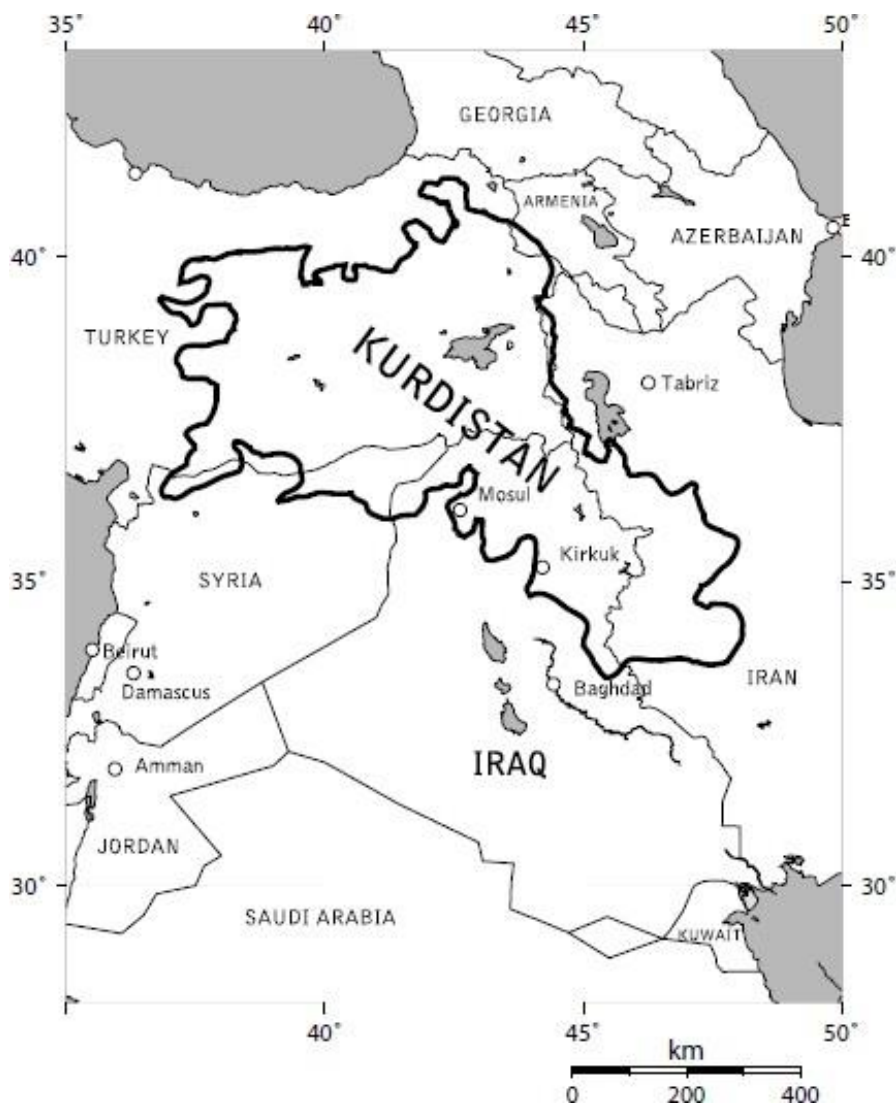
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICE

1 INTRODUÇÃO

Em 1991, Leyla Zana foi eleita parlamentar na República da Turquia. Na sua sabatina, jurou proteger a integridade e a independência do Estado, a união indivisível do povo e da pátria (*vatan*), assim como a inquestionável soberania popular. A última frase do seu discurso, contudo, fez com que ela fosse sentenciada a quinze anos de prisão por traição. Em seu idioma materno, Leyla disse: "Faço este juramento pela irmandade entre o povo turco e o curdo". A Grande Assembleia Nacional imediatamente irrompeu em gritos de "prendam-na!", "separatista!" e "terrorista!".

A prisão de Zana não é um caso isolado na Turquia, refletindo um amplo processo de securitização do povo curdo e das suas manifestações culturais. Com uma população estimada entre 35 e 40 milhões de pessoas, forma o quarto maior grupo étnico no Oriente Médio. Atualmente, representa 20% da população da Turquia e Iraque, além de 10% do Irã e Síria (ver mapa 1). Apesar dessa expressividade, ou talvez justamente por ela, a língua curda fora proibida logo nos primeiros anos após proclamação da República, tanto em espaços públicos quanto privados. Em 1930, um ato parlamentar tornara ilegal a publicação de qualquer material impresso em um idioma que não fosse o oficial, sob o slogan: "Cidadãos, falem turco!" ou "*Vatandas, Türkçe Konus!*". Essa proibição foi reiterada por diversos *corpus* jurídicos ao longo da história do país. Como um idioma passa a ser proibido, sendo descrito como uma ameaça à integridade nacional e à própria ideia de nacionalidade turca, é o processo sociopolítico a ser analisado nesta monografia.



Fonte: YILDIZ, 2005

Entender o contexto que torna possível e legítimo esse tipo de discurso é o objetivo geral deste trabalho, orientado pelas seguintes perguntas de pesquisa: Como a ideia de “identidade turca” foi construída, imposta e reformulada por meio de discursos disciplinares? Qual a relação entre a identidade turca moderna e o que é percebido como ameaça? Como se deu, historicamente, a construção dessa narrativa de ameaça curda?

Na busca por uma resposta para tais inquietações, e visando colaborar com a evolução do debate e com a melhor compreensão do tema em cheque, estabelecem-se como objetivos específicos deste trabalho: (a) Observar se e como, durante a formação do Estado moderno turco, a alterização foi central para constituir a identidade nacional da Turquia; (b) Analisar como o discurso de alteridade (ou negação dela) em relação aos curdos foi mobilizado em dois

momentos históricos: no período imediatamente após a proclamação da república, em 1923 e na década de 1980 e 1990, com o surgimento do PKK.

Busca-se, assim, comprovar a hipótese central desta análise, de que a percepção dos curdos enquanto uma ameaça ontológica à Turquia foi construída historicamente, pois a própria ideia de turquicidade foi edificada a partir da negação da alteridade com as minorias étnicas do país. Argumenta-se que a questão curda só surge como um problema securitário porque a ideia de alteridade foi tomada como uma ameaça ao projeto kemalista de nação, ou *vatan*. A falha da República da Turquia em reconhecer o caráter plurinacional e multiétnico do país é que ensejou a criação de um movimento por autodeterminação.

A alteridade surge como uma ameaça em um contexto histórico e social. Ela é o par complementar da própria criação da identidade turca moderna. Elenco dois fatores que compõem essa identidade: o auto-orientalismo e a síndrome de Sèvres. O primeiro engendrou a ideia de que toda característica indicada pela narrativa Orientalista como não-ocidental seria atrasada e deveria ser abandonada para que a Turquia se tornasse um país europeu. Vestes islâmicas como o véu e o fez, formas de organização em clãs, sheikhs, imã e madrassas deveriam ser suprimidos do novo espaço público moderno para que a República fosse devidamente incorporada à ordem ocidental. O segundo, que toda tentativa de maior autonomia poderia ser uma ameaça à integridade territorial do país e deveria ser rapidamente sufocado.

As leituras sobre como percepções de ameaças dependem das identidades e das suas representações são feitas a partir dos aportes teóricos de David Campbell e R.B.J Walker, dois autores inseridos no debate pós-positivista e na ampliação da agenda de estudos de segurança. Partindo da concepção do fenômeno de segurança como uma prática representacional, a metodologia a ser empregada será análise do discurso das autoridades turcas e formas jurídicas-normativas acerca da ameaça curda à segurança ontológica da República da Turquia. De forma complementar, será realizada uma revisão bibliográfica de livros e artigos acadêmicos, a partir dos aportes da sociologia pós-estruturalista, a fim de compreender como as relações de alteridade com a população curda foram um dos elementos estruturantes da narrativa de identidade turca (turquicidade ou *Turkishness*).

No âmbito acadêmico brasileiro, ainda são poucas as produções dedicadas a estudar a Turquia, apesar do número considerável de descendentes e das relações comerciais do Brasil com o país. Nos esparsos trabalhos de conclusão e artigos publicados nos portais de periódicos, as dinâmicas internas, societárias e regionais são recorrentemente preteridas pelas análises tradicionais, que enfocam as estratégias russas e estadunidenses. Essa monografia pretende, de forma singela, contribuir para alterar esse quadro ao focar nas dinâmicas internas de poder, a

partir de uma perspectiva pós-estruturalista. Ela se insere em uma trajetória desenvolvida ao longo da graduação, através de bolsas de Iniciação Científica, que desaguou nos Estudos Críticos de Segurança e nos Estudos Culturais do Oriente Médio. A participação no Núcleo de Pesquisa de Relações do Mundo Árabe (NUPRIMA), coordenado pela Professora Dra. Sílvia Ferabolli, tem sido um grande enriquecimento, não apenas acadêmico como pessoal.

Para que essa travessia seja clara, além dos capítulos de introdução e conclusão, essa monografia está estruturada em três outros capítulos. No primeiro, busco apresentar um panorama das teorias pós-positivistas de segurança, enfatizando o papel das identidades na percepção de ameaça e formulação de agendas securitárias. Na primeira seção, exponho brevemente o debate entre abordagens positivistas e pós-positivistas. Na segunda seção, demonstro como os estudos securitários foram incorporados por essas novas abordagens. Procuo assim construir um arcabouço teórico que permita conceber o caráter discursivo das identidades nacionais, como elas são construídas performaticamente na sua relação com a diferença e como elas precisam ser constantemente reiteradas por meio de práticas reguladoras.

No segundo capítulo, tento rastrear os atravessamentos entre os traumas da perda territorial e o unitarismo identitário que marcará o nacionalismo republicano e a entrada da Turquia na modernidade. As obras de Hamit Bozarslan, Homi K. Bhaba e Fatma Müge Göçek servirão de referencial teórico para identificar os elementos discursivos fundadores dessa ideia: a criação de uma narrativa homogênea e supressão das minorias étnicas. Objetivo demonstrar como ambos fenômenos levaram a um regime específico de nação e à securitização da alteridade e da divergência, o que resultou em uma violência física e simbólica contra os grupos sociais na periferia do novo Estado-nação, especialmente os curdos.

O terceiro capítulo é dedicado às práticas reiterativas do discurso de *vatan* e as insurgências que surgem contra ele. Na primeira seção deste capítulo, procuro demonstrar como as Forças Armadas, o principal bastião do kemalismo, tomou o poder todas as vezes que esse projeto esteve em perigo: Em 1960 contra o islamismo militante, em 1971 contra o comunismo e em 1980 contra o movimento curdo marxista-leninista. Na segunda seção, analiso como a formação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e a consequente guerrilha das décadas de 1980 e 1990, foi uma resposta a essa escalada na repressão. Ao se estabelecer como a principal força do movimento curdo organizado, o PKK reconfigurou o movimento curdo de um embate liderado por chefes tribais para uma luta por autodeterminação com uma matriz revolucionária.

2 ABORDAGENS PÓS-POSITIVISTAS DE SEGURANÇA

No dia 9 de outubro de 2019, horas depois do início da operação no nordeste da Síria, o Presidente Recep Tayyip Erdoğan publicou em sua conta do Twitter: “As Forças Armadas da Turquia, juntamente com o Exército Nacional da Síria, acabaram de lançar a Operação Peace Spring contra terroristas do PKK/YPG e Daesh no norte da Síria. Nossa missão é impedir a criação de um corredor terrorista em nossa fronteira sul e trazer paz à região.”¹ Erdoğan acrescentou que a operação, além de neutralizar as ameaças terroristas contra a Turquia, irá estabelecer uma zona segura para facilitar o retorno de refugiados sírios ao seu país de origem. Os pronunciamentos de Erdoğan não são inéditos. Ao lado de Vladimir Putin e Hassan Rouhani, por ocasião da V Cúpula Trilateral sobre a Síria, no dia 16 de setembro de 2019, o presidente turco já havia declarado a jornalistas: “O Daesh não é mais uma ameaça na Síria. A maior ameaça para o futuro da Síria é o PKK e a sua extensão YPG-PYD. Enquanto houver a presença do PKK e do PYD neste país, nem a Síria nem nossa região poderão ter paz”.²

As declarações de Erdoğan suscitam algumas perguntas relevantes para o desenvolvimento dessa pesquisa: O que é uma ameaça? Por meio de qual processo um ator passa a ser percebido como tal? Neste capítulo, busco apresentar um panorama das teorias pós-estruturalistas sobre percepção de ameaça e formulação de agendas securitárias. Na primeira seção, exponho brevemente o debate entre abordagens positivistas e pós-positivistas. Na segunda seção, pretendo esboçar como os estudos securitários foram incorporados por essas novas abordagens.

¹ A sequência de mensagens no microblog oficial do Presidente Erdoğan foram publicadas originalmente em inglês. Na íntegra: “The Turkish Armed Forces, together with the Syrian National Army, just launched #OperationPeaceSpring against PKK/YPG and Daesh terrorists in northern Syria. Our mission is to prevent the creation of a terror corridor across our southern border, and to bring peace to the area. #OperationPeaceSpring will neutralize terror threats against Turkey and lead to the establishment of a safe zone, facilitating the return of Syrian refugees to their homes. We will preserve Syria’s territorial integrity and liberate local communities from terrorists”. A importância das declarações nas mídias sociais para a política internacional tem se configurado como um novo objeto da agenda de estudos da Diplomacia Pública. Ver (KHATIB et al., 2012)

² Em inglês: “At this point, there is no longer a DAESH threat in Syria. The biggest threat to Syria’s future is the PKK and its extension PYD/YPG. So long as the PKK/PYD continues to exist therein, neither Syria nor our region can find peace”. Em turco: “Geldiğimiz nokta itibarıyla Suriye’de DEAŞ tehdidi artık ortadan kalkmıştır. Suriye’nin istikbali için en büyük tehdit kaynağı PKK ve onun uzantısı olan YPG-PYD’dir. Bu ülkedeki PKK, PYD varlığı devam ettikçe ne Suriye ne de bölgemiz huzura kavuşabilir”. Disponível em: <https://www.tccb.gov.tr/en/news/542/109649/-the-biggest-threat-to-syria-s-future-is-the-pkk-and-its-extension-pyd-ypg->. Acesso em 30 de setembro de 2019.

2.1 O DEBATE PÓS-POSITIVISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A incapacidade das teorias *mainstream* de explicar os momentos derradeiros da Guerra Fria impulsionou um amplo debate nas Relações Internacionais. A partir dos anos 1980, no contexto da chamada "virada sociológica", os paradigmas pós-positivistas passaram a criticar as teorias hegemônicas em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos (KATZENSTEIN et al, 1999). Essas novas abordagens foram uma resposta à pluralização de fenômenos como o terrorismo, guerras civis e conflitos em países periféricos, a exemplo da Guerra do Golfo.

O termo *mainstream* compreende as teorias realistas e liberais, ambas positivistas. Ou seja, abordagens que partem da premissa de que a realidade é um dado prévio, devendo ser captada objetivamente pelo pesquisador imparcial. Também chamadas de racionalistas, em função de utilizarem modelos de escolha racional, essas teorias colocam que os atores são motivados por uma lógica de consequência. Há, por parte dos tomadores de decisão, um cálculo antecipado do produto de suas ações. Os resultados, atingidos por meio de barganha, dependerão das capacidades prévias dos atores, como poderio militar ou prosperidade econômica.

Os interesses, dados *a priori* e exogenamente, visam a sobrevivência em um contexto de virtual anarquia, devendo para isso maximizar a sua segurança – realismo defensivo proposto por Kenneth Waltz – ou maximizar o seu poder – realismo ofensivo, formulado por John Mearsheimer. O conceito de poder nas teorias realista e neo-realista é um fim em si mesmo e uma propriedade dos Estados, medida em termos da distribuição de capacidades e recursos, que emerge das interações dos atores estatais em um sistema internacional anárquico (CASTRO, 2012).

No plano ontológico, os pós-positivistas criticam essa noção apriorística orientada por uma racionalidade única. Argumentam, em contraste, que as identidades e interesses dos atores são socialmente construídos, produtos de compartilhamentos intersubjetivos. Epistemologicamente, põe em xeque a noção de uma ciência neutra, apartada do mundo sobre o qual teoriza. Afirmam que as percepções dos sujeitos constroem a realidade social, sendo o nosso entendimento mediado pela linguagem. Normativamente, condenam a noção de que é possível teorizar sem juízos de valor, argumentando que todo conhecimento produz/reproduz uma relação de poder. Ou, nas palavras de Cox, “*theory is always for someone, and for some purpose*” (COX, 1986, p. 207).

Uma abordagem que emergiu desse debate – e que aos poucos foi substituindo o marxismo como parte da tríade teórica das Relações Internacionais – foi o construtivismo.³ A sua principal contribuição foi a nova ênfase dada ao papel das ideias para a dinâmica da política internacional. Entendidas como constructos sociais intersubjetivos e institucionalizados, as ideias seriam memórias coletivas expressas em práticas e identidades (LEGRO, 2005).

Segundo os construtivistas, o modo como os atores compreendem a si mesmos, os outros e o mundo tem implicações em suas ações. Isso porque os interesses e o comportamento de um Estado são guiados pelas suas identidades, ou seja, pelas representações ou avatares da auto-percepção dos agentes. Esses entendimentos de si, por sua vez, são socialmente construídos através da interação com outros atores. O *insight* construtivista é ilustrado por Alexander Wendt ao apontar que “quinhentas armas nucleares britânicas são menos ameaçadoras para os Estados Unidos do que cinco armas nucleares norte-coreanas” (WENDT, 1995, p.73).

As abordagens construtivistas afirmam a natureza socialmente construída dos interesses dos Estados, produto das interações entre os atores e com o ambiente social. Isso inclui os processos de socialização, a busca por reconhecimento (WENDT, 1999) e a presença ou ausência de um senso de “comunidade” (ADLER & BARNETT, 1998). Alguns construtivistas, como Katzenstein, apontam para a importância das normas sociais para esse processo. Definidas como um padrão de comportamento apropriado para atores com uma determinada identidade, as normas impõem expectativas sobre qual seria a ação adequada de determinado Estado (KATZENSTEIN, 1996).

A ideia de que agente e estrutura são mutuamente constituídos é outra contribuição construtivista. Por agente entende-se aquele dotado de capacidade de ação, ao passo que estrutura refere-se às instituições e significados compartilhados que compõem o sistema internacional. Uma leitura sobre constituição mútua, portanto, sugere que as ações dos Estados contribuem para formar as instituições e normas internacionais, ao passo que elas influenciam na definição e socialização dos Estados. A relação entre essas esferas ou entre os diversos agentes é alterada quando há mudanças nas crenças e significados que engendram as interações (HURD, 2007).

O construtivismo é alvo de críticas, tanto por parte dos positivistas quanto pelos pós-estruturalistas. Apesar de reconhecerem a sua grande contribuição – apontar para o caráter

³ Fred Halliday realiza uma crítica marxista sobre esse movimento em “Repensando as Relações Internacionais” (HALLIDAY, 1994).

construído da realidade social —, os pós-estruturalistas o acusam de endossar a "política da realidade", defendida pelas correntes tradicionais. O principal argumento, desenvolvido por Maja Zehfuss, é que o construtivismo faz concessões à existência de alguma realidade anterior às normas e representações, o que oculta a própria política envolvida na representação da realidade (ZEHFUSS, 2002). O caráter estanque e pré-definido das identidades, sem o reconhecimento do papel dos outros agentes na sua formação é uma outra crítica. A autora Nalini Persram denuncia o "uso estratégico" do construtivismo pelas correntes positivistas. Estas isentam-se de discutir outras perspectivas mais radicais ao aceitarem uma perspectiva analítica dita crítica, mas que ainda assim propõe um meio-termo (PERSRAM, 1999).

O pós-estruturalismo é uma postura crítica ampla, presente nos debates epistemológicos das ciências humanas desde a década de 1960.⁴ A partir da inferência de que não há uma razão universal e estável que assente o processo cognitivo, os teóricos negam a possibilidade de um conhecimento neutro, derivado da separação entre sujeito e objeto observado. Contrários à epistemologia positivista, postulam que toda afirmação, por mais que se anuncie como verdade, é engendrada a partir de uma perspectiva. Ao ser uma interpretação do mundo, todo conhecimento é normativo e, portanto, reflete estruturas de dominação e relações de poder (CAMPBELL, 1998).

O nexó entre conhecimento e poder foi largamente desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault. O autor inverte a chave de análise ao propor que a ciência é uma prática cultural do projeto moderno, centrado na racionalidade⁵. A cultura é entendida como práticas cotidianas de significação, discursos responsáveis por posicionar os sujeitos e produzir modos de existência. Cultura e ciência, portanto, instituem regimes de verdade ao engendrar modos de ser, compreender e explicar a si e ao mundo. São dispositivos de verificação-falsificação reproduzidos através de práticas discursivas de controle, que provocam a submissão dos indivíduos às instituições, técnicas e procedimentos normativos de um poder disciplinar.

⁴ A escolha pelo termo pós-estruturalismo e não pós-modernismo é amparada na literatura sobre o tema. Segundo Lene Hansen, pós-modernismo refere-se ao período histórico específico da contemporaneidade, abrangendo mudanças nas políticas identitárias, relações afetivas e econômicas, comunicações, arquitetura e afins. Pós-estruturalismo não se delimita a uma época em particular, sendo uma abordagem analítica abrangente (HANSEN, 2010)

⁵ O pós-estruturalismo é influenciado pelo pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844 – 1900). Em suas obras acerca da filosofia do sujeito, ele argumenta que o Iluminismo, a ontologia da modernidade, institucionalizou a ideia de que o conhecimento empírico e científico seja o vetor do progresso e da paz. Esta realidade, contudo, nunca se concretizou. A metodologia desenvolvida por Nietzsche em *A Genealogia da Moral* (1887) foi chave para o desenvolvimento argumentativo de Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969), obra central para os debates pós-estruturalistas.

Ao destacar o elo entre análise e ação, teoria e prática, o pós-estruturalismo procura elucidar a forma através da qual essa inter-relação é mediada por diferentes práticas representacionais (ZEHFUSS, 2013). O eixo analítico desloca-se, então, para questões de como determinadas tecnologias políticas de inclusão/exclusão são legitimadas, como os sujeitos políticos são produzidos para aceitar certas formas de ação e não outras, para fazer certas perguntas e não outras. Essa ênfase na ordem discursiva e representacional da realidade e do poder faz com que o pós-estruturalismo dedique especial atenção à linguagem. Entendida não como um ativo empregado por um sujeito preexistente ou uma restrição a ele imposta, a linguagem é o meio através do qual a identidade social do sujeito é possível (GEORGE & CAMPBELL, 1990).

No campo das Relações Internacionais (RI), os pós-estruturalistas procuram explorar as maneiras pelas quais os enquadramentos dominantes da política mundial produzem e reproduzem relações de poder. Uma das suas principais contribuições é apontar como as RI são um *locus* de produção de uma política do projeto moderno ao disciplinar os limites da soberania. Ou seja, ao demarcar a separação entre o doméstico, espaço do progresso e repleto de sentido, e o externo, espaço anárquico de incertezas e violências, as teorias expressam com clareza o lugar onde a vida política deve ocorrer: no interior das fronteiras do Estado territorial, onde os perigos da anarquia são afastados por um poder acima do qual não paira nenhum outro (WALKER, 1993).

A crítica pós-estruturalistas às oposições formadoras das Relações Internacionais, os pares doméstico/externo e soberania/anarquia, está na esteira da crítica derridiana. Em sua obra *De la Grammatologie* (1967), Jacques Derrida demonstra que o pensamento ocidental é estruturado ao redor de dicotomias, no que ele denomina logocentrismo: significado/forma, alma/corpo, intuição/expressão, homem/mulher, humano/animal, literal/metafórico, natureza/cultura, positivo/negativo, transcendental/empírico. O pensamento logocêntrico não apenas produz tais oposições binárias, mas estabelece uma relação hierárquica entre os dois termos, em que o primeiro possui ascendência sobre o segundo, para o qual serve de referência. Este, por sua vez, é tomado como uma negação ou ruptura do logotipo (DERRIDA, 1967).

Segundo Derrida, o pensamento logocêntrico tenta negar a diferença e procura por uma pureza auto-idêntica. Contudo, uma vez que cada termo só existe na relação com o outro, o sentido só pode ser interpretado quando ambos estão justapostos. Totalidades conceituais ou sociais, portanto, são falsas. O logocentrismo contém em si uma possibilidade de desconstrução, pois as dicotomias e as estruturas hierárquicas que ele engendra são infundadas e carregam uma tendência inerente ao desmantelamento (EDKINS, 2007). A desconstrução é uma forma de

compreender essas oposições, em seu sistema específico de produção de verdade e expor a sua instabilidade inerente. A desconstrução não é capaz de destruir tais oposições, mas procura mostrar como elas operam, o que negam e as maneiras que podem ser reconfiguradas.

Em seu artigo *Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique*, Richard Ashley emprega a metodologia desconstrutiva para rastrear a dinâmica do par soberania/anarquia. O autor inicia a sua reflexão analisando como a definição dominante de soberania é cindida em dois níveis. No plano interno, é uma presença contínua e homogênea, hierarquicamente ordenada. É caracterizada por um centro único de decisão, que preside sobre um *self* coerente, a nação do Estado territorial. No plano exterior, a soberania é uma oposição a um domínio externo desordenado, habitado por outras unidades igualmente soberanas que resistem à assimilação (ASHLEY, 1988).

A anarquia, por sua vez, é definida dicotomicamente por uma presença, a dos Estados soberanos, e por uma ausência, a de uma autoridade central e universal. Trata-se de um domínio desregulado, cujas principais características são a diferença, contingência e ambiguidade. Nela, há uma falta de sentidos e verdades coerentes que apenas uma presença soberana poderia dotar. Nessa lógica logocêntrica, portanto, anarquia é compreendida apenas como uma forma derivada e negativa da soberania. Esta sim seria uma realidade superior e um ideal regulativo (*ibid.*).

A atuação dos Estados em um sistema anárquico irracional, para Ashley, torna-se uma “prática heroica” de defesa da soberania perante a incerteza. As teorias realistas engendradas dessa dicotomia, então, justificariam discursivamente o emprego de meios coercivos como forma de defender um conjunto coerente de interesses dados antes mesmo da própria tomada de decisões (*ibid.*, p. 236). Como a guerra é um mecanismo de proteção do sujeito, a dicotomia soberania-anarquia representa a condição de legitimidade do monopólio da violência pelo Estado e da reificação do próprio sistema internacional.

Ainda segundo Ashley, o paradigma de soberania refere-se a uma interpretação específica e historicamente fabricada. Situada dentro da agenda política e discursiva mais ampla da modernidade, ela é o ponto nodal em que o indivíduo autônomo e racional, investido da capacidade e desejo de emancipação, se funde com a comunidade política soberana. Ou seja, o Estado moderno, enquanto um repositório da ordem, torna-se o espaço em que o sujeito soberano pode exercer a sua vida política, protegido do mundo anárquico do Outro. Ela polícia e domestica as fronteiras da identidade, os limites da possibilidade política e da responsabilidade ética à medida que separa o Eu, interno e seguro, do Outro, externo e perigoso (ASHLEY, 1988; WALKER, 1993).

Para os pós-estruturalistas, quando o sujeito ético é entendido como um ser soberano, a relacionalidade é guiada por "uma lógica da composição", que a reduz à co-presença de entidades autônomas pré-constituídas (ODY SSEOS, 2007). Esse posicionando incorpora a coexistência como um ato posterior e extrínseco ao sujeito. Nesse esquema, a responsabilidade é entendida como algo referente apenas à sobrevivência do Eu, o que justificaria as medidas de força contra o Outro.

Os teóricos do pós-estruturalismo se propõem, então, a reconceitualizar a ética por detrás das Relações Internacionais. Em vez de adotar fronteiras que marcam o limite das comunidades e identidades soberanas – a fronteira da igualdade e da diferença, do interior e exterior, da ordem e da anarquia – o foco repousa na análise do próprio limite. Ele é rearticulado como um local que expõe o que é apagado pela subjetividade moderna: o caráter relacional do sujeito, do Eu constituído pela relação com o Outro (ZEHFUSS, 2007). Essa co-constituição implica uma alteridade inassimilável, uma diferença que impede que qualquer identidade se torne totalmente estabilizada.

Em seu reenquadramento ético, os pós-estruturalistas resgatam a relação dialética de assujeitamento proposta por Hegel. O sujeito está sempre fora de si mesmo, distinto de si, pois é a sua relação com o outro que lhe torna quem ele é. Nas palavras de Judith Butler, “se tenho uma fronteira, ou se alguma fronteira pode ser atribuída a mim, é somente porque me separei dos outros, e é somente por causa dessa separação que posso me relacionar com eles. Assim, a fronteira é uma função da relação, uma gestão da diferença, uma negociação na qual estou ligado a você na medida de minha separação” (BUTLER, 2015, p. 72). O reconhecimento dessa co-dependência é um dos passos para a formação de um *ethos* de acolhimento da pluralidade e de uma ética de responsabilidade perante o outro.

Nessa esteira crítica, outras abordagens emergentes são os pós-colonialismos⁶. Estas perspectivas, assim como as pós-estruturalistas, não foram um corpo unívoco, mas é possível identificar alguns pressupostos comuns e a maneira como eles se inserem na agenda de pesquisa das Relações Internacionais. O principal esforço dessa agenda é identificar os elementos de continuidade em relação à experiência colonial, de maneira a rastrear as suas ramificações políticas e culturais, tanto nas sociedades colonizadoras quanto colonizadas. A descolonização formal, portanto, não implicou no fim das hierarquias subalternizantes. Há, na contemporaneidade, a manutenção de discursos e representações que inferiorizam a alteridade,

⁶ O termo pós-colonialismo, enquanto nomenclatura guarda-chuva, foi consolidado pela obra *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin. (ASHCROFT et al., 1989).

de forma a ratificar a perpetuação das assimetrias de poder político, epistemológico e simbólico em nível global.

As interrogações dos pós-colonialismos, portanto, são endereçadas ao pressuposto de “negação da coetaneidade”. Elaborada criticamente pelo antropólogo Johannes Fabian, ela consiste em uma estratégia retórica que estruturou o mundo moderno, um mecanismo através do qual atribui-se às populações conquistadas um tempo *diferente*, ligado ao passado (FABIAN, 1983). A ideia de negação da coetaneidade ajuda a desvelar as práticas discursivas por meio das quais as identidades étnico-raciais engendradas pelo encontro colonial foram subalternizadas, definindo, a partir de marcadores europeus, quem é humano ou não, quem é passível de luto ou não. Para justificar a violência colonial, foi preciso imaginar o Outro como primitivo, bárbaro, selvagem e atrasado em relação à experiência moderna de desenvolvimento e progresso. A contribuição das pensadoras e pensadores pós-coloniais é apontar que tais dicotomias inferiorizantes continuam em operação, embora com nova gramática: estados democráticos bem-sucedidos e estados falidos, desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Um aporte germinativo dos estudos pós-coloniais é mostrar como os mecanismos coloniais não se restringem a práticas centradas na violência física, mas também simbólica e epistêmica. Em *Orientalismo*, Edward Said dialoga com a ideia foucaultiana de poder produtivo, segundo a qual o poder não é só o que restringe e impede, mas também uma dimensão capaz de criar subjetividades. O autor aponta como as formas de representação, inseridas em relações de poder colonial, contribuíram para construir as subjetividades a partir da dicotomia entre Ocidente-Oriente, este compreendido como local das fantasias e medos ocidentais. De acordo com Said, “o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa, [foi] a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus” (SAID, 2007, p. 34).

A literatura pós-colonial sobre o Oriente Médio analisa os discursos ocidentais sobre a formação da identidade. Autores como P.R. Kumaraswamy apontam como a maioria dos países do Oriente Médio, após quase um século da desintegração do Império Otomano, foram incapazes de definir, projetar e manter uma identidade nacional que seja inclusiva e representativa. Larbi Sadiki enquadra esse problema enquanto uma consequência da indiferença orientalista dos impérios europeus quando demarcaram as fronteiras políticas de suas colônias, ignorando a história local e as fronteiras geográficas e sociais nativas (SADIKI, 2004).

As convergências entre os pós-colonialismos e as abordagens pós-estruturalistas são manifestas na denúncia do nexos conhecimento-poder, na dimensão discursiva da realidade e na

postura crítica ao projeto racionalista da modernidade. Os pensadores e pensadoras pós-colonialistas, contudo, questionam o silenciamento do pós-estruturalismo acerca das questões raciais e subalternas, essenciais para a institucionalização do projeto moderno europeu (CHOWDHRY & NAIR, 2002; KRISHNA, 1993; SAJED, 2012). Ao passo que Frantz Fanon aponta como a civilização europeia é dependente da alteridade colonial, pois se funda a partir da construção do Outro como primitivo, esse elemento de co-constituição é pouco explorado, por exemplo, na obra foucaultiana.

A ausência da dimensão racial é uma crítica também dirigida aos estudos marxistas sobre o imperialismo. Autores como Aimé Césaire apontam para a dupla alienação das populações negras, não apenas enquanto classe explorada economicamente, mas também racialmente subjugada (CÉSAIRE, 1948; 1955). Essa dimensão estruturante da sociedade moderna capitalista é analisada por Aníbal Quijano, teórico que propõe que não é possível falar de modernidade e divisão de trabalho no capitalismo sem uma divisão *racial* do trabalho (QUIJANO, 2005). Segundo o autor, o sistema-mundo moderno, que se constituiu a partir da colonização das Américas, deu origem a um novo padrão de poder mundial que passou a classificar e produzir identidades raciais historicamente novas, associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação econômica e simbólica. A essa dinâmica Quijano denomina colonialidade do poder. As abordagens feministas decoloniais e pós-coloniais adicionam uma nova camada de análise, denunciando o nó triplo entre gênero, classe e raça (KERGOAT, 1978; CRENSHAW, 1989).

O olhar pós-colonial procura desestabilizar o eurocentrismo das Relações Internacionais e fazer uma leitura em contraponto. Uma de suas principais contribuições é revelar o caráter a-histórico das teorias, o que oculta relações de poder assimétricas, e os *double standards* que esses apagamentos produzem. O mito cosmogônico das Relações Internacionais clássicas, o desenvolvimento do concerto vestfaliano de Estados igualmente soberanos e territorialmente independentes, foi concomitante a implantação de diferentes sistemas coloniais fora da Europa. No século XIX, o apogeu deste sistema é também o período da corrida pelas colônias, da partilha da África e do desenvolvimento de formas políticas de dominação como mandatos, esferas de influência e protetorados. Se Asheley aponta que o sistema internacional surge da dicotomia dentro e fora, soberania e anarquia, os pós-colonialismos localizam esse Outro externo e anárquico na figura do sujeito não-ocidental. Como afirma Stuart Hall:

Since the Sixteenth Century, these different temporalities and histories have been irrevocably and violently yoked together. [...] Their grossly unequal trajectories, which formed the very ground of political antagonism and cultural resistance, have nevertheless been impossible to disentangle, conceptualise or narrate as discrete entities: though that is precisely what the dominant western historiographical tradition

has often tried to do. No site, either 'here' or 'there', in its fantasied autonomy and indifference, could develop without taking into account its significant and/or abjected others. The very notion of an autonomous, self-produced and self-identical cultural identity, like that of a self-sufficient economy or absolutely sovereign polity, had in fact to be discursively constructed in and through 'the Other'. [...] The Other ceased to be a term fixed in place and time external to the system of identification and became, instead, a symbolically marked 'constitutive outside' (HALL, 1996, p.252).

2.2 A AMPLIAÇÃO DA AGENDA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

O novo debate interparadigmático envolveu o campo de estudos securitários, o terreno clássico da teoria realista, ensejando a ampliação dos conceitos e concepções sobre segurança internacional. Diante da insuficiência das perspectivas realista e neorealistas para explicar os fenômenos contemporâneos, houve a incorporação de outros atores nas análises sobre questões de segurança. Em uma obra germinadora, o professor britânico Barry Buzan alarga a categoria de “objetos de referência” ao propor que essas deveriam incluir não apenas os Estado, mas também os indivíduos, sociedades, organizações e o próprio sistema internacional (BUZAN, 1983).

Buzan enumera cinco setores que devem ser pensados como potenciais objetos de ameaças: militar, político, econômico, societal e ambiental. No setor militar, a ênfase permanece nas ameaças à integridade territorial dos Estados.⁷ A Escola de Copenhague justifica que o processo de securitização é mais institucionalizado nesse setor, esfera em que o monopólio da força é exercido pelo Estado. Outros objetos de referência podem ser incluídos, contudo, como os conceitos abstratos de balança de poder, direitos humanos e não-proliferação de armas nucleares. Sobre o cenário pós-Guerra Fria, o autor aponta para a tendência de regionalização dos conflitos, levando à formação de complexos regionais de segurança (*ibid.*).

O setor político, por sua vez, diz respeito às ameaças não-militares que objetivam minar a estabilidade organizacional de entidades políticas. Buscam afligir um ou mais dos seus três alicerces: os princípios da entidade política, a sua base física ou as suas instituições. Ameaças políticas podem ser classificadas como estruturais e intencionais. A primeira categoria corresponde à recusa de um país em reconhecer a legitimidade de uma entidade política estrangeira ou na sua rejeição por um grupo doméstico. A segunda deriva de conflitos entre diferentes princípios organizacionais, como liberalismo, comunismo, capitalismo e democracia.

⁷ Apesar da grande relevância das análises a esse setor, os autores da Escola defendem que se dê o nome de Estudos Estratégicos àqueles dedicados exclusivamente ao setor militar e Estudos de Segurança Internacional àqueles que utilizam abordagem abrangente (BUZAN, 1991, p.23-25).

Os objetos de referência incluem Estados, impérios, teocracias, tribos, linhagens dinásticas e movimentos transnacionais.

No setor econômico, os atores são variados, abrangendo desde mercado global como uma abstração, os estados, classes e indivíduos. Buzan observa que, em alguns casos, a linguagem da securitização é uma maneira de assumir posições de nacionalismo econômico sem ter que abandonar os compromissos superficiais do consenso liberal (BUZAN et al., 1998). Um exemplo de ameaça à segurança neste setor seria a atual guerra comercial entre Estados Unidos e China.

Para a Escola de Copenhague, ameaças ao setor social envolvem o risco à segurança de identidades compartilhadas por uma comunidade (BUZAN et al., 1998). Os tipos de ameaças dependem dos elementos que constituem essa identidade, podendo ser alicerçada no idioma, práticas culturais ou religião. Os autores frisam que a nomeação de algo como uma ameaça societal não é guiada por critérios objetivos. A mera percepção de um risco à identidade do grupo pode suscitar o que a Escola denominou de “dilema de segurança societais” (WÆVER et al., 1993). Exemplos dessa categoria são os movimentos anti-imigração na Europa ou as ações políticas de determinados grupos durante a campanha do Brexit, em que a integração com a União Europeia foi retratada como uma ameaça à identidade britânica.

Ignorado pelas abordagens tradicionais de segurança, o setor ambiental concentra-se em ameaças contra ecossistemas – local, nacional, regional ou global – e a qualidade de vida humana. As ameaças incluem fenômenos naturais, como terremotos e atividades vulcânicas, e antrópicos, como emissões de gases de efeito estufa. Os atores são heterogêneos, abrangendo movimentos sociais, comunidades epistêmicas, organizações internacionais e não-governamentais. Um exemplo de securitização seria os debates do Conselho de Segurança da ONU sobre mudanças climáticas, em 2007 e 2011 (NYMAN, 2013).

Outra contribuição profícua foi a de Ole Wæver, que propôs pela primeira vez a idéia de que a segurança poderia ser entendida como um ato de fala (ou *Speech Act*). A ideia de discurso como ato de securitização dialoga com uma longa tradição da filosofia da linguagem. Um de seus pressupostos centrais é de que, ao enunciar algo em um contexto específico, o locutor também performa uma ação.⁸ O autor defende que questões de segurança e objetos que são tomados como ameaças são constructos derivados de práticas sociais. Esses constructos são engendrados, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados

⁸ Ver J. L. Austin (1955) e John Searle (1980).

em estabelecer as agendas de segurança. Em suma, algo é um problema de segurança quando as elites o declaram como tal (WÆVER, 1995, p. 54). O significado de segurança é, portanto, contingente e sujeito ao jogo do poder.

Ao destacar a importância de aspectos intersubjetivos do fenômeno securitário, Wæver lançou as bases para o conceito de securitização, que seria retomado em trabalho posterior (WÆVER, 1995) e incorporado ao arcabouço da Escola de Copenhague no *Security: A New Framework for Analysis* (BUZAN et al., 1998). O conceito de segurança proposto é, então, entendido como:

[...] o movimento que trata a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão, ou como um tipo particular de política, ou como algo que a transcende. Securitização pode então ser vista como uma versão extrema da politização. [...] Segurança é, assim, uma prática auto-referida porque é no contexto desta prática que se torna uma questão de segurança – não necessariamente porque haja uma ameaça existencial real, mas porque é apresentada como ameaça. (WÆVER, 1997, p. 23-24).

De acordo com Buzan et al. (1998), o processo de securitização é posto em prática por três atores específicos: i) os objetos de referência – objetos que podem ser existencialmente ameaçados; ii) os agentes securizantes, como governos e elites políticas, militares ou civis. São responsáveis pelo ato discursivo securitário (*security speech act*) declarando o objeto referente como uma ameaça existencial e iii) os agentes funcionais, ou atores que influenciam as decisões de segurança, como companhias privadas ou partidos políticos que se beneficiam do processo de securitização. Os autores apontam que nem todo ato discursivo é securitário. Esse precisa, necessariamente, se enquadrar em uma estrutura retórica e semiótica específica: i) deve ser processo discursivo pelo qual o ator afirma que um objeto referente está sob ameaça existencial, ii) demanda o direito de utilizar de meios extraordinários para a resolução do problema e iii) convence a opinião pública de que é justificável um comportamento disruptivo para lidar com essa ameaça.

A teoria proposta pela Escola de Copenhague foi um passo importante na ampliação da agenda dos estudos securitários, tanto por mobilizar fatores sociopolíticos até então pouco explorados, como interesses das elites nacionais, quanto por redefinir o próprio conceito de segurança. Ao desestabilizar o que se entende por questão securitária, essa chave analítica abre um novo leque de indagações ao focar no *processo* pelo qual determinado objeto é transferido da arena política para a securitária. As proposições de Wæver e Buzan, contudo, possuem limitações analíticas, insuficiências que se tornam incontornáveis para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente no que se refere a dois conceitos importantes: o que se entende como discurso e como identidade.

O autor Thierry Balzacq aponta para o caráter procedimental da teoria do ato de fala. Restrita a uma prática ilocutória auto-referenciada, ela ignoraria o contexto externo, a orientação psicocultural do público e as diferenças entre locutor e ouvinte, apagando a agência da audiência. O teórico também critica a omissão das assimetrias no acesso a uma posição privilegiada que possibilite a enunciação (BALZACQ, 2005). Mais do que isso, contudo, a teoria de Wæver enfoca apenas no ato alocutário, em uma noção restrita do que se entende como discurso.

Em *A Ordem do Discursos*, publicado em 1970, Michel Foucault emprega o termo para denotar um sistema social historicamente contingente que produz conhecimento e significado, assim como as formas de subjetividade e relações de poder neles imbricados. Discursos são entendidos não como simples atos de fala, mas como a própria gramática com a qual eles são formulados. São as regulações socialmente impostas que governam a fala, a linguagem, a representação e outras formas de conhecer e categorizar o mundo (FOUCAULT, 2007b).

Em uma perspectiva foucaultiana, discursos são conjuntos de ideias, ações, crenças e práticas que sistematicamente constroem os sujeitos e os mundos sobre os quais se referem. Há diversos sistemas discursivos, como o jurídico-legal, médico-científico ou religioso, que engendram categorias disciplinares cujos significados são dados e apreendidos de maneiras diferentes a depender da sociedade e do momento histórico. Um ato de fala que representa o imigrante indocumentado como uma ameaça e um criminoso, por exemplo, só faz sentido dentro de um discurso jurídico moderno que concebe a categoria “criminoso” como uma oposição à soberania estatal, que deve ser reificada por meio do controle de fronteiras nacionais rígidas.

Através de um processo reiterativo, um discurso normaliza e homogeneíza, inclusive os corpos e as subjetividades. Ao fixar significados e pré-determinar as categorias de razão pelas quais determinadas afirmações são aceitas enquanto conhecimento, um discurso cria uma realidade epistêmica e se torna uma técnica de controle e disciplina. Aquilo que não se conforma à verdade enunciada do discurso é considerado um desvio, isto é, fora do discurso e fora da sociedade, da sociabilidade e do sociável. Apenas nos marcos de um regime de verdade específico acerca do que é ser uma nação moderna soberana, reiterado por práticas discursivas disciplinares, que as categorias “criminoso”, “ameaça” e “terrorista” podem ser aplicadas a um grupo populacional que pratica um idioma que diverge da norma imposta. Segundo Andrew W. Neal:

Instead of moving from empirical instances of exceptionalism to a political theory of exceptional sovereign prerogatives and a mobilized mass polity, the task is to assert the dispersal and historicity of the conditions of possibility of exceptionalism; to stress

that successful and mobilizing declarations of exceptions are only possible because of an already-existing discursive formation of objects, enunciative modalities, concepts and strategies. Foucault's notion of the 'discursive formation' does not mean an underlying tradition, a return to the same affirmed by the irruption of the new, but a dispersed archive of historical statements and practices which make contemporary invocations and enactments of exceptionalism possible (NEAL, 2010, p.120).

Sobre o outro conceito importante para essa monografia, Bill McSweeney alia a crítica à Escola de Copenhague, que, segundo o autor, falha ao atribuir um caráter estanque e apolítico às identidades, o referente em risco no setor societal. Em contraposição, sustenta que identidades são sempre narrativas, processos dinâmicos de conotação exercidos por grupos sociais, e não um fato social objetivo no sentido durkheimiano como a Escola as tomam. Estudos de identidades coletivas, portanto, devem analisar os seus processos históricos de construção, assim como as negociações entre diversos interesses políticos neles engajados (MCSWEENEY, 1996; 1998).

Para McSweeney, a ideia de coesão sócio-política posta na ideia de “segurança da identidade societal” não diz respeito ao consenso entre os grupos sociais minoritários e a maioria, mas sim ao controle e a subordinação de atores sub-estatais e seus valores, incluindo as suas identidades, ao Estado. Essa ideia abriria espaço para a uma análise acrítica da securitização da alteridade, algo que poderia legitimar ações coercitivas e exclusivistas. A Escola de Copenhague, portanto, não provê uma resposta ética para esse processo, mas o naturaliza:

Identity figured in this schema as an element of the domestic sphere under the control of the state. Now identity figures as a potential rival to the state, generated outside its control, and standing with the state as an equal priority for security concern and policy (MCSWEENEY, 1998, p.140).

O nexo entre percepção de ameaças e identidade é analisado criticamente por David Campbell, um dos autores que servirão de referencial teórico para o desenvolvimento deste trabalho. Em *Writing Security*, ele observa que a ameaça não é um dado objetivo, mas algo dependente da interpretação e representação daqueles que se sentem coagidos (CAMPBELL, 1992). É preciso, portanto, analisar como discursos historicamente específicos criam determinados perigos.

Para Campbell, esses discursos de ameaças são centrais para a garantia e ratificação do poder do Estado. Os Estados-nacionais constroem regimes de verdade, advogando uma suposta identidade primária e estável, a fim de se legitimar. Esta identidade, contudo, não é essencial e fixa, mas construída performaticamente na sua relação com a diferença. Ou seja, não há um *status* pré-discursivo apartado das práticas reiterativas que formulam a realidade, mas um processo disciplinar de repetição e reformulação. Como outros autores propõem, a idéia de um

self único e coerente, portanto, é uma “construção imaginária na qual o indivíduo precisa crer para compensar a falta constitutiva que reside no cerne da sua identidade” (EPSTEIN, 2011, p.334).

É por meio da codificação e disciplina de fronteiras simbólicas que as identidades são arquitetadas. O limite que demarca o dentro e o fora, eu e outro, doméstico e estrangeiro é o que forma as categorias relacionais de poder. A existência de um outro modo de vida que desnaturaliza a identidade nacional como verdadeira torna-se um perigo, o que permite o tratamento fora da esfera política, legitimando ações violentas. A construção da alteridade como ameaça, portanto, é central para a prática mutuamente constitutiva da política e da identidade (CAMPBELL, 1992).

Essa perspectiva traz à luz outra dimensão da segurança, a de que os Estados não procuram apenas garantir a sua integridade territorial, mas também ontológica. A tentativa de criar, discursivamente, uma identidade coletiva estável é uma resposta à incerteza existencial. É um processo contínuo, uma forma de mitigar a ansiedade que surge quando há risco à continuidade do *self* (MITZEN, 2006; GIDDENS, 1990).

A criação de uma identidade estável é feita através da (re)construção do Outro estrangeiro, da separação entre nós e eles. Essa oposição é usada para garantir a subjetividade coletiva e reduzir a sua incerteza existencial. Ao securitizar da alteridade e instituir perigos nacionais, desfralda-se um processo intersubjetivo que resulta em segurança ontológica para alguns e insegurança para outros (KINNVALL, 2004; MITZEN, 2006).

3 A FORMAÇÃO DISCIPLINAR DA IDENTIDADE TURCA MODERNA: O DISCURSO KEMALISTA DE VATAN

No primeiro capítulo, procurei expor o caráter discursivo das identidades nacionais, como elas são construídas performaticamente na sua relação com a diferença e como elas precisam ser constantemente reiteradas por meio de práticas reguladoras. Neste próximo ponto, busco responder ao seguinte questionamento: Como o regime de verdade acerca da identidade nacional da Turquia moderna foi produzido, imposto e reafirmado? Argumento que este foi organizado em torno da ideia de *vatan*, mobilizando dois elementos: um auto-orientalismo e o trauma da perda territorial. Objetivo demonstrar como ambos fenômenos levaram a um regime específico de nação e à securitização da alteridade e da divergência, o que resultou em uma violência física e simbólica contra os grupos sociais na periferia do novo Estado-nação, especialmente os curdos.

3.1 MIMETISMO COLONIAL E O FARDO DO HOMEM TURCO

Para desenvolver o argumento desta seção, percorro a topografia analítica proposta por Ayşe Zarakol em *After Defeat: How the East Learned to Live with the West* (2012). A autora aponta a necessidade de estudar os impactos do colonialismo na formação de inseguranças ontológicas, um conceito definido por Anthony Giddens como a incerteza acerca da continuidade de sua própria identidade (GIDDENS, 1990). O seu argumento parte das reflexões pós-coloniais de que o eu subalterno – a sua forma de existência e auto-percepção – é construído sempre em relação às categorias impostas pelo colonizador.⁹ Ele está sempre “se tornando”, tentando se aproximar do modelo colonizador.

Apesar de a Turquia nunca ter sido oficialmente colonizada, essa dinâmica está presente em suas inseguranças ontológicas, expressas em uma esfera estrutural e outra temporal. A primeira refere-se ao modo como a Turquia foi incorporada na ordem moderna, situada em um espaço imaginário entre Ocidente e Oriente como um istmo. Cindida entre essas duas construções performativas, a Turquia foi forçada a um estado de ambivalência entre emulação e rejeição dos parâmetros europeus.

A segunda dimensão de insegurança refere-se à sensação de não-alinhamento temporal com o Ocidente. Atrás no processo de modernização, a Turquia deveria deixar a sua “identidade exótica médio-oriental”, associada com o subdesenvolvimento e primitivismo, para mover-se para um novo *ethos* europeu. Entendendo-se como uma ponte entre dois mundos, ela poderia transicionar caso desaparecesse com as “reminiscências orientais” que lhe atrasam. Esse ímpeto de assimilação fica claro, por exemplo, nos reiterados esforços da Turquia em tornar-se membro da União Europeia, apesar de apenas 3% do seu território estar fora da Ásia Menor.

Como exposto no primeiro capítulo, o termo Orientalismo refere-se às políticas representacionais que firmam o não-ocidental como o Outro exótico e atrasado. O modo como essas estruturas são internalizadas e replicadas pelos discursos das elites colonizadas, que, ao incorporarem o discurso ocidental, “participam de sua própria orientalização” é um dos principais temas da agenda de pesquisa subalterna (SAID, 2007). Essa dinâmica, contudo, ganha outras nuances no caso do Império Otomano e na república moderna que erigiu depois do seu colapso. O conceito de “mimetismo colonial” proposto por Homi K. Bhabha pode abrir

⁹ Essa relação foi analisada pela primeira vez por Frantz Fanon em “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Segundo o autor, o subalternizado não existe em si, enquanto ser substantivo, mas como uma abstração (*Weltanschauung*) reificada da sociedade colonial: “Não apenas o homem negro é negro, ele é negro em relação ao homem branco” (FANON, 1967, p.82–83).

algumas janelas para pensar essa relação entre as elites otomanas e turcas com os sujeitos periféricos do Estado.

Segundo Bhabha, o mimetismo colonial surge do desejo do colonizado por se apresentar como Outro reformado e passível de reconhecimento, de forma que incorpora à sua subjetividade as estruturas modernas impostas. Essa imitação, contudo, nunca é completa, de forma que engendra um terceiro espaço. Mantendo-se como um sujeito da diferença, ele torna-se "quase a mesma coisa, mas não exatamente" (BHABHA, 1994, p.89). Desse modo, a imitação confere à elite dos espaços subalternos uma presença inadequada, parcial e ambivalente, por mais que ela deseje autenticidade. Esse processo de mimetismo, no caso otomano, operou de maneira dupla: por meio da emulação das elites e através de um colonialismo interno imposto à periferia do Império, em uma tentativa de enquadramento e adaptação frente às investidas europeias (DERINGIL, 2003).

Esse "colonialismo emprestado" deu-se por meio da incorporação de categorias orientalistas para representar a periferia do Império. Assim, as populações da Anatólia deveriam ser modernizadas à força para que abandonasse um suposto barbarismo. Şerif Mardin observa que a cisão entre centro-periferia persiste no período republicano. Ao passo que o centro, principalmente Ankara e Istanbul, representa a legitimidade moderna e secular, a periferia é um espaço residual (MARDIN, 2006). Nas províncias a leste da Anatólia, principalmente nas regiões curdas, houve uma dupla periferização, com marcadores econômicos e culturais sobrepostos.

No século XIX, as elites otomanas se viram dragadas para o centro da expansão territorial europeia. Chamado à época de "o homem doente da Europa", o Império ocorreu quando, com a ajuda europeia, foi estabelecido Estado autônomo sérvio em 1830 e o Reino Independente da Grécia em 1833 (HOURANI, 2006). O enfraquecimento do Império devido às intervenções dos estados europeus ensejou uma série de reformas modernizadoras, primeiro com o sultanato de Mahmut II, depois durante o período conhecido como Tanzimat ou Reforma. Em novembro de 1839, foi publicado o edito *Gülhane Hatt-i Şerifi*, um conjunto de postulados reformistas visando modernizar o Império Otomano, assegurar sua integridade territorial contra movimentos nacionalistas e forças estrangeiras. Entre as medidas estava a reorganização do exército por meio de convocações regulares, estruturação de sistema financeiro e a promulgação de novos códigos civil e criminal de acordo com o modelo francês. A formação de uma nova classe de burocratas, assim como a secularização e ampliação do ensino, irá inserir outros atores

no quadro político otomano. Essa *intelligentsia*, que partilha de um *habitus* moderno¹⁰, aprofundou a cisão entre centro e periferia do Império (FREY, 1975).

Em 1876, o sultão Abdülhamid II, ao ascender ao trono, deu continuidade às políticas reformistas e centralizadoras, chegando a promulgar uma constituição e a abertura de um parlamento nacional. A eclosão da guerra contra o Império Russo, no ano seguinte, contudo, provocou uma mudança de conjuntura. O ímpeto ocidentalizante das elites imperiais e a sensação de pertencimento no quadro europeu sofreram um revés quando os otomanos se viram isolados militarmente: a Áustria declarou neutralidade ao assinar o Tratado de Reichstadt e o Império Britânico, apesar do temor que sentia da expansão russa, também não se envolveu no conflito. Após a vitória russa na guerra, foi assinado o Tratado de San Stefano, impondo termos desfavoráveis aos otomanos: a independência da Romênia, Sérvia e Montenegro; autonomia da Bulgária; reformas na Bósnia e Herzegovina e cessão de partes da Armênia para à Rússia. A perda territorial e o isolamento em relação ao Concerto Europeu geraram uma inflexão na política doméstica do Império. O poder, antes assentado nas elites burocráticas, deslocou-se para o sultão e seu *entourage* por meio da suspensão da carta constitucional e dissolução do Parlamento (HOURANI, 2006). O novo *locus* de poder passou a definir a identidade do Império como estritamente muçulmana, de maneira a fortalecer a autocracia do sultão-califa e promover um pan-otomanismo: todos que fossem seguidores do Islã eram otomanos e todos os cidadãos do Império deveriam ser muçulmanos.

Essa ideologia levou a progressiva adesão das elites otomanas ao darwinismo social e às ideias de engenharia demográfica, o que acarretou ações particularmente violentas contra o movimento independentista armênio, que havia recrudescido após o Tratado de San Stefano. Durante os massacres de 1894 a 1896, ao menos 100 mil armênios foram mortos e diversas aldeias ocupadas, gerando o deslocamento forçado de grandes seções do campesinato armênio. A política colonialista do Império foi sintetizada no discurso de Abdülhamid II: "Só podemos aceitar dentro das fronteiras do nosso Estado aqueles que são da nossa nação, aqueles que compartilham as mesmas crenças religiosas que nós. Devemos fortalecer o elemento turco na

¹⁰ O conceito de *habitus* aqui empregado é o formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, definido como: “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 65). Para um debate mais aprofundado ver (SETTON, 2002).

Rumélia¹¹ e Anatólia e, especialmente, assimilar os curdos que estão entre nós" (ABDÜLHAMID II apud BOZARSLAN, 2013, p.189).

O deslocamento da ideologia pan-otomana para uma turquização do Império ocorrerá com a ascensão do grupo político Jovens Turcos (*Jön Türkler*). O movimento, iniciado em 1889, era composto por estudantes e militares que se opunham ao sultanato de Abdülhamid II. Com a fundação do Comitê para a União e o Progresso (CPU), em 1906, o movimento ganhou projeção política e espalhou-se pelo território otomano. A principal motivação para o surgimento da organização foi a ameaça armênia à unidade territorial do Império e o risco crescente da intervenção europeia. A ascensão ao poder ocorreu em julho de 1908. O estopim foi, por ocasião da visita do Rei Edward VII ao Tsar Nikolai II, a oferta britânica de apoio diplomático-militar à autonomia das províncias da Macedônia, que seriam administradas por um governador cristão (ZURCHER, 2010).¹² Por meio da revolução, que ficou conhecida posteriormente como a Revolução dos Jovens Turcos, houve a restauração do parlamento, suspenso pelo sultão em 1878, dando início à Segunda Era Constitucional (1908-1920).

Após um breve período de multipartidarismo, o CPU realizou um golpe de Estado em 1913. O Império passou a ser governado por um triunvirato composto pelos quadros do Comitê ou Triunvirato dos Pashas. As primeiras medidas foram reprimir os partidos da oposição, que tiveram os líderes presos ou exilados, e retirar o Império Otomano da Conferência de Paz de Londres. Os três pashas tornaram-se, então, os principais atores da aliança germano-otomana e da entrada na Primeira Guerra Mundial ao lado dos Impérios Centrais a partir de outubro de 1914.

O governo dos três pashas colocou, então, o reassentamento forçado no centro de sua agenda. Diferentemente da política do período anterior, feita por meio de ações pontuais, o deslocamento de populações passou a ser encarado como o principal instrumento contra as perdas territoriais do Império. A existência de regiões ocupadas majoritariamente por minorias, sejam elas não-turcas ou não-islâmicas, era tida como uma fraqueza e, possivelmente, uma quinta coluna no contexto da Primeira Guerra. Para a cúpula do CPU, era preciso promover

¹¹ Rumélia é o termo histórico para designar os Bálcãs ou península Balcânica. A Rumélia Oriental, por sua vez, foi uma província autônoma administrativa do Império Otomano até 1908. Foi criada após o Tratado de Berlim em 1878.

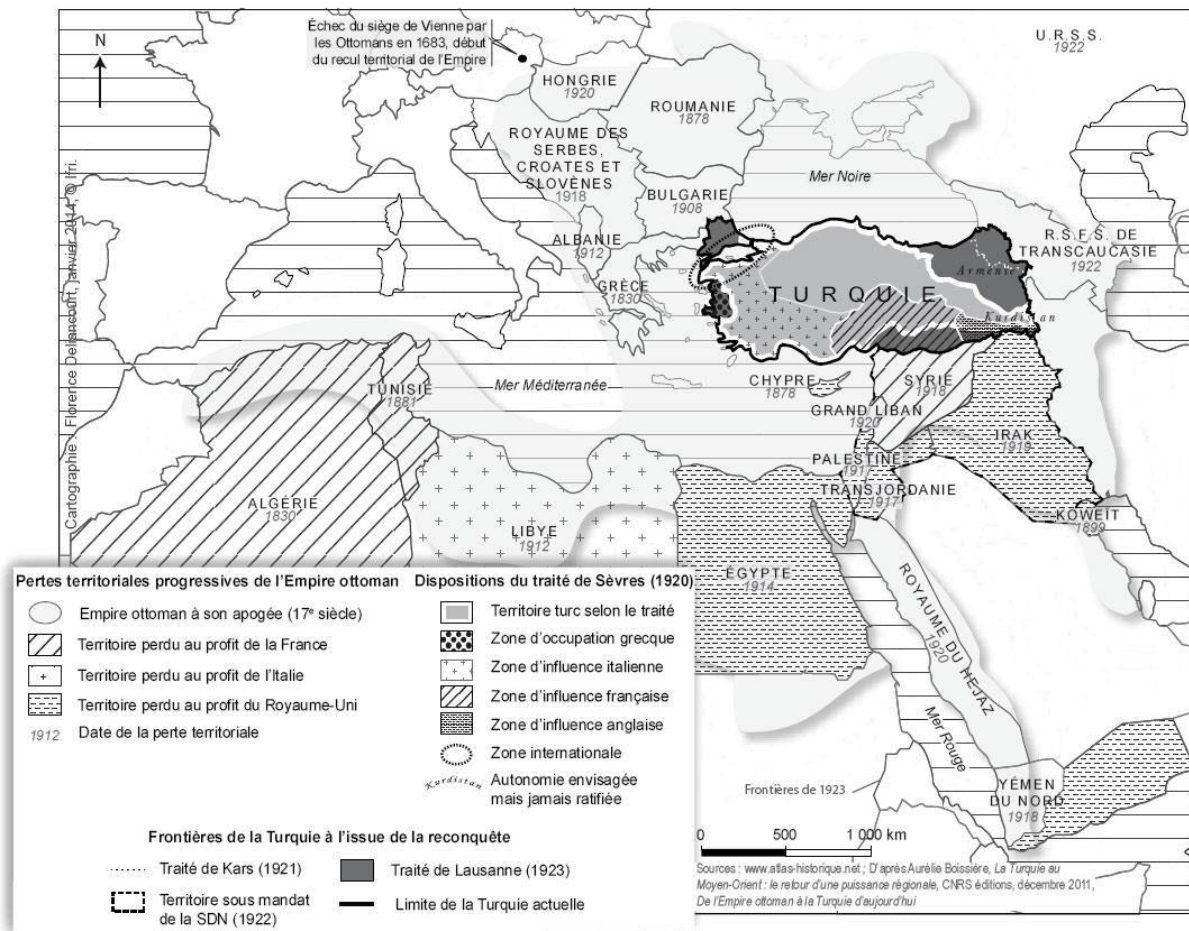
¹² A visita real do Rei Edward II e da Rainha Alexandra à família czarista, em junho de 1908, representou o selo às negociações acerca do Grande Jogo imperialista na Ásia Central. O acordo entre as duas potências imperiais havia sido estabelecido no ano anterior, por ocasião da Convenção Anglo-Russa de 1907, que delimitara as esferas de influência no Afeganistão, Pérsia e Tibet. A movimentação diplomática acuou ainda mais o Império Otomano, que vinha perdendo territórios para as duas potências desde meados do século XIX.

uma transformação profunda da demografia da Ásia Menor através de uma política de turquização. O reassentamento forçado atingiu ao menos um milhão e quatrocentos mil refugiados dos Bálcãs, principalmente bósnios e albaneses; aproximadamente dois milhões de curdos; cinco mil famílias árabes da Síria e quase 1,5 milhão de refugiados do leste da Anatólia. Os alvos das ações mais repressivas, contudo, foram as comunidades gregas e armênias, com, respectivamente, 1,2 milhões e 1,5 milhões de deslocados (DÜNDAR, 2006).

3.2 SÍNDROME DE SÈVRES E A ALTERIDADE COMO AMEAÇA

A derrota na Primeira Guerra e a assinatura do Armistício de Mudros, em 31 de outubro 1918, representaram dois pontos de inflexão na política otomana: o início de um movimento de resistência à ocupação europeia e a ascensão da liderança de Mustafa Kemal Pasha. O Armistício obrigou os otomanos a ceder as bases militares que lhes restavam fora da Anatólia e conceder à Entente o direito de ocupar os estreitos de Dardanelos e Bósforo. A ocupação de Constantinopla pelas tropas da Entente, em fevereiro de 1919, instaurou um estado de sítio na cidade, que foi dividida em três zonas policiais sob domínio francês, italiano e britânico (ver mapa 2).

MAPA 2



FONTE: SCHMID, 2011

Na periferia da Anatólia, um movimento de resistência começou a surgir sob a liderança do comandante militar Mustafa Kemal Pasha. A pressão dos países da Entente levou queda do gabinete e a dissolução do Parlamento nacional em 5 de abril de 1920. Em resposta, a resistência, sob a liderança do Marechal Mustafa Kemal, estabeleceu a Grande Assembléia Nacional (GAN) em 23 de abril de 1920. Em 3 de maio, a Grande Assembleia proclamou um governo provisório, cindido o país entre o Governo de Constantinopla, imperial e sob ocupação europeia, e o Governo de Ancara, nacionalista revolucionário.

Em 10 de agosto de 1920, o governo imperial concordou em assinar o Tratado de Sèvres. Os termos, discutidos na Conferência de Londres, previam a internacionalização dos Estreitos; a criação dos Estados independentes da Armênia, Curdistão e Reino de Hejaz; o estabelecimento de um protetorado na Síria e Líbano; a realização de um referendo em Esmirna acerca da anexação ao Principado da Grécia; a concessão de ilhas na costa mediterrânea aos italianos e cessão da Trácia aos gregos.

A resistência do movimento kemalista, contudo, declarou não reconhecer a legitimidade do tratado e obrigou a realização de uma nova conferência de paz. Em novembro, a Grande Assembleia Nacional aboliu o sultanato imperial, acusado de colaborar com o Aliados durante a ocupação da Turquia. O reconhecimento da legitimidade do Governo de Ancara deu-se por meio do Tratado de Lausanne, assinado em 24 de julho de 1923. Em 29 de outubro, a República da Turquia foi proclamada pela Grande Assembleia Nacional.

Alicerçado nos princípios do positivismo e da laicidade estrita (*laiklik*), o projeto de nação kemalista visava construir um Estado moderno (*muasir*) e civilizado (*medeni*). Aos olhos da elite nacionalista, oriunda principalmente dos quadros militares e burocráticos, essa modernidade exigia um Estado-nação homogêneo e centralizado, que assegurasse a coesão, a pureza e a força necessárias para a edificação de uma república estável. Em uma inflexão radical, feita de cima para baixo, o novo governo engajou-se na negação do passado otomano, baseado em organizações rurais e na pluralidade étnico-religiosa. Entendidas como uma fonte de instabilidade e uma barreira ao progresso, estas estruturas passaram a ser lidas como anacronismos que distinguiam a Turquia do Ocidente (LEWIS, 1968)

Por conseguinte, o ponto de partida foi a noção de que a nova identidade turca deveria afastar-se das práticas e tradições islâmicas, movendo-se em direção à Europa. Sob a perspectiva kemalista, a construção da nação exigia que grupos da sociedade se livrassem de sua suposta primitividade e tribalismo e, portanto, atraso. Em *The Principles of Turkism*, publicado no mesmo ano da proclamação da República, o principal ideólogo nacionalista Ziya Gökalp define:

"Só há uma maneira de escapar desses perigos. [E]mular o progresso dos europeus na ciência, na indústria e na organização militar e legal. Em outras palavras, igualarmos a eles em termos civilizacionais. E a única maneira de fazer isso é entrar na civilização europeia por completo." (GÖKALP, 1968, p. 45, tradução nossa).¹³

O impacto do Ocidente nos nacionalistas turcos foi mais do que uma mera importação de conceitos e técnicas ou um movimento de modernidade no tempo e no espaço, mas uma performance para o imaginário ocidental. As reformas radicais kemalistas das décadas de 1920 e 1930, como a continuação das reformas Tanzimat no final do Império Otomano do final do século 19, foram implementadas com esse público europeu em mente, sendo muito importante

¹³ Em inglês: "How can we defend the independence of our fatherland? There is only one way to escape these dangers, which is to emulate the progress of the Europeans in science, industry and military and legal organization, in other words to equal them in civilization. And the only way to do this is to enter the European civilization completely" (GÖKALP, 1968, p. 45).

para os kemalistas que a Turquia "parecesse" ser ocidental para esse olhar panóptico (AHISKA, 2003).

Para esse fim, as elites kemalistas introduziram mudanças institucionais profundas, tanto no âmbito executivo quanto legislativo, como a abolição do Sultanato e do Califado em 1924. Seguiram-se a abolição do Ministério de Fundações Pietistas, cortes e títulos religiosos, além da proibição de madrassas, ordens sufi e uso do véu, assim como a adoção de códigos de processo civil, criminal e comercial nos moldes europeus em 1926. O Islã deixou de ser a religião oficial do Estado em 1928 e, em 1937, a República da Turquia foi declarada um estado secular através de uma emenda constitucional. No ano seguinte, foi vedado o estabelecimento de sociedades ou partidos políticos baseados em religiões ou seitas.

A substituição do alfabeto árabe pelo alfabeto latino, em 1928, deu-se como uma tentativa de purificação da língua turca de influências árabes e persas. A recriação da língua *iztirkfe* (turco puro), assegurada pelo estabelecimento de uma Sociedade Linguística Turca (*Türk Dil Kurumu*), em 1932, engendrou uma quebra radical em relação ao passado otomano e às suas elites. O idioma turco tornou-se compulsória na educação nacional e o uso de “línguas estrangeiras”, a parte das europeias, foi proibido. A mudança do alfabeto árabe para o latim também contribuiu para a consolidação do secularismo, provocando um rompimento entre a língua turca e a escrita original do Corão, assim como um afastamento do mundo árabe-muçulmano em geral (AHMAD, 1996). As reformas linguísticas imbuíram as novas elites de capital simbólico, conferindo-as legitimidade e prestígio, distinguindo-as como progressistas – devido a sua orientação para o Ocidente – em contraposição às elites anteriores, consideradas reacionárias (KANDIYOTI, 1991).

Na nova república, a população curda, assim como aqueles que tinham uma forte identidade muçulmana, foram tidos como os dois maiores impedimentos para o sucesso do projeto de modernização e ocidentalização. Desde a década de 1920, o governo central e as elites kemalistas têm se engajado fortemente no controle coercitivo desses dois grupos. Por um lado, os muçulmanos praticantes foram coagidos a uma versão estrita de secularismo, expresso na interdição do uso do véu em espaços públicos e no controle laico sobre o ensino (ÇINAR, 2005; KANDIYOTI, 1991). Por outro, as minorias curdas, que correspondem a 20% da população total do país, foram alvo de uma assimilação violenta. A política de turquização (*Türkleştirme*) operou por meio de reassentamentos forçados, proibição constitucional da prática do idioma curdo em público e veto ao uso de sobrenomes contrários à “cultura nacional” (BOZARSLAN, 2008). A construção de um novo arcabouço jurídico, portanto, operou como

uma ortopedia social dentro de um projeto político amplo, ditando o que é a norma e o que é desviante.

Esse novo discurso divergia da posição do início da Guerra da Independência, quando Kemal frequentemente invocava a igualdade e a irmandade entre os povos da Anatólia, em um contexto de guerra em que a participação curda foi central para a vitória contra as forças ocupantes europeias. Em seu primeiro pronunciamento na Grande Assembleia Nacional, em abril de 1920 – portanto anterior ao tratado de agosto – Mustafa Kemal afirmou que o parlamento não era composto de representantes de turcos, curdos, circassianos, mas sim de representantes de uma comunidade islâmica fortemente unificada (FULLER, 1998). Uma das cláusulas do Tratado de Sèvres, assinado em agosto de 1920, previa a “autonomia provisória para as áreas predominantemente curdas da Turquia, com vistas à total independência, se os habitantes dessas áreas assim o desejassem”. A demanda independentista curda, contudo, foi ignorada no Tratado de Lausanne, mostrando que, após a vitória na Guerra de Independência, na qual diversos grupos armados curdos participaram, o governo mudara de posição.

A negação e perseguição às minorias deve ser entendida dentro dos marcos da percepção kemalista da *vatan*, termo que em árabe significa local de nascimento. Segundo Behlül Özkan, contudo, *vatan* não se refere apenas ao território nacional ou à pátria, mas também a conceitos políticos como cidadão (*vatandas*), patriotismo (*vatanseverlik*), alta traição (*vatana ihanet*) e traidor da pátria (*vatan haini*). A ideia de *vatan* foi central para a construção de um discurso político acerca do que é identidade e nacionalidade turcas, assim como para as representações de ameaças às suas ontologias. Segundo Özkan:

Vatan has acquired an ahistorical and ontological status, considered, as it is, a timeless natural symbol of the reality of Turkish nation and state. However, far from being neutral and authentic, vatan has been a historically constructed spatial grid, upon which various political forces have battled for control of the national power structure and for hegemony in physically controlling and representing the vatan. The hegemonic political discourse carries an enormous authority in its capacity to define the physical and imagined boundaries of vatan and, therefore, the difference between the inside and the outside. Correspondingly, such an authority allows the hegemonic political discourse to dictate who can stay inside the vatan and to exclude alternative representations of vatan by using the process of othering (ÖZKAN, 2014, p.9)

Tendo emergido de guerra contra as invasões europeias, o nacionalismo kemalista tem como pedra de toque a indivisibilidade de nação e a doutrina das fronteiras territoriais da República. Consequentemente, qualquer alteração dessas fronteiras violaria implicitamente o próprio caráter da nação turca. Essa preocupação frequentemente patológica com a soberania territorial e o medo da desintegração explica por que a concessão de direitos das minorias étnicas é visto como uma traição à unidade indivisível entre o estado e sua nação. Como

resultado, até compromissos simbólicos com relação aos direitos das minorias são considerados um prelúdio ao separatismo (TAŞPINAR, 2005).

O conceito de “Síndrome de Sèvres” é elucidativo para explicar essa relação. Fatma Göçek o define como um temor compartilhado pelos indivíduos, grupos ou instituições na Turquia, que interpretam todas as interações políticas - domésticas ou estrangeiras - através de uma estrutura de medo e ansiedade sobre a possível aniquilação, abandono ou traição do Estado turco pelo Ocidente (GÖÇEK, 2011). Um aspecto essencial do *habitus* kemalista, portanto, é a perpetuação da experiência histórica de conspiração externa e traição interna. O Tratado de Sèvres, embora nunca tenha sido implementado, torna-se parte constituinte do mito nacional republicano e um fator essencial para uma compreensão das percepções kemalistas de ameaça. (JUNG & PICCOLI, 2001).

A partir de 1925, o Estado desenvolveu um duplo discurso em relação aos curdos. Por um lado, sua existência enquanto grupo distinto foi negada, sendo lidos como “turcos das montanhas”. Por outro, o Estado insistiu que se eles existissem, era apenas como uma etno-classe feudal, cujo objetivo era destruir a nacionalidade turca. Era importante, então, desmobilizar as lideranças e assimilar os camponeses de forma que eles pudessem recuperar a sua turquicidade original.

Entre 1925 e 1938, mais de meio milhão de curdos foram deportados ou massacrados. Nesse período, o Estado, além de renomear as províncias com toponímicos turcos e proibir a língua curda, sistematicamente empregou campanhas de limpeza étnica por meio de deportações, execuções em massa, marchas da morte e destruição de aldeias (NEZAN, 1993). Em resposta, a resistência curda desencadeou uma série de insurgências. Durante as décadas de 1920 e 1930, dezessete revoltas aconteceram no território da nova república. Três delas, a revolta de Sheik Said em 1925, a revolta de Ararat em 1930 e a revolta de Dersim em 1936-8, deixaram uma marca profunda tanto na história do nacionalismo curdo quanto na república turca (VAN BRUINESSEN, 1992; NEZAN, 1993; MCDOWALL, 2007).

A revolta de 1925 foi liderada por um dignitário religioso curdo – Sheikh Said de Piran – ameaçou seriamente a República antes de ser suplantada em Diyarbekir. Ancara mobilizou cerca de 50 mil soldados e um terço do seu orçamento anual, além de ter que negociar com as autoridades francesas o uso das ferrovias do sul, a fim de reprimir a revolta. Na ocasião, o primeiro-ministro İsmet İnönü justificou a intervenção violenta mobilizando o discurso de de vatan, declarando:

“We are openly nationalists . . . and nationalism is the only element for our unity. As Turks are in the majority, other [ethnic] groups do not have any power. Our mission is to Turkify non- Turkish groups in the Turkish vatan. We are going to extirpate

groups, who oppose Turks and Turkishness. The primary criterion we seek for those who are going to serve this country, is to be a Turk.” (İNÖNÜ, 1925 *apud* ÖZKAN, 2014, p.104)

Por parte das lideranças curdas, a revolta contra o governo kemalista deu-se por três motivos, segundo Bozarlan. Primeiro, a partir de 1923 ficou claro que o nacionalismo turco se tornaria a ideologia oficial e hegemônica do país, pois os kemalistas consideravam a República o resultado da vitória dos turcos sobre os outros povos do antigo Império Otomano. Diversos dignitários curdos, incluindo aqueles que haviam participado do extermínio dos armênios entre 1915 e 1916, ficaram acuados quando a nova ideologia passou a tomar as diferenças linguísticas como ameaças à existência do país (BOZARSLAN, 2008). A segunda razão estava relacionada à abolição do califado, ato que os dignitários religiosos curdos consideraram como o fim do único laço remanescente entre curdos e turcos. Por fim, os líderes curdos revoltaram-se com o fato de a Guerra da Independência ter terminado sem a libertação do sul do Curdistão, abandonado aos britânicos.

A chamada revolta de Ararat (1927-1930) foi organizada por um comitê de intelectuais bem estruturado, *Khoybun* (Ser Único). Dada a incipiência das classes médias urbanas curdas, em uma região historicamente agrária, a intelligentsia curda foi obrigada a confiar quase exclusivamente nas camadas rurais, que inicialmente rejeitavam a autoridade estatal não por razões de fundo nacionalista, mas porque lhe impunha um regime de exceção. Esses grupos rurais encontraram no nacionalismo curdo um vocabulário que lhes permitiu codificar e legitimar a sua luta pela libertação (BOZARSLAN, 2008). Embora estivessem contidas em uma parte das províncias curdas, quase todas essas revoltas tiveram ecos amplos fora da Turquia e mobilizaram curdos no Irã, Iraque e Síria. A recusa do camponês curdo em permitir a militarização das fronteiras também desempenhou um papel decisivo no surgimento de uma mobilização transfronteiriça. Aqui, novamente, vemos um padrão que dominaria a questão curda ao longo do século XX, vinculando intimamente as dimensões internas e regionais desta questão.

Um dos episódios mais violentos da história curda foi a repressão da Rebelião de Dersim no final da década de 1930. Com uma população estimada em setenta mil pessoas, Dersim era a última província da Turquia que não havia sido efetivamente controlada pelo governo central. Chefes tribais (*aghas*) e líderes religiosos ainda exerciam grande autoridade sobre os plebeus, a maioria alevitas de fala zaza. A rebelião foi uma resposta a política de reassentamento compulsório que, sob justificativa da lei de 1934, forçava a assimilação dos curdos. Segundo o artigo 11, o reassentamento deveria assegurar a “unidade sob uma língua, cultura e sangue”.

Em 1936, Dersim foi colocada sob governo militar, com o objetivo expresso de pacificá-lo e "civilizá-lo", por meio da construção de estradas, pontes e postos policiais. No início de 1937, as autoridades turcas acreditavam que uma grande rebelião estava por vir, uma demonstração de resistência contra o programa de pacificação, instigado pelo líder religioso Seyyit Riza. Tribos inteiras foram aniquiladas, mulheres e meninas foram incendiadas ou vítimas de bombas químicas. Em apenas dezessete dias da ofensiva de 1938, 7.954 pessoas foram mortas ou capturadas vivas. Segundo relatórios oficiais, quase 10% de toda a população foi morta. Depois do trauma coletivo e décadas de desmobilização, o movimento de autodeterminação curdo ressurgira apenas a partir da década de 1960 em meio a mudanças fundamentais no sistema político turco (NEZAN, 1993).

4 IDENTIDADES INSURGENTES E A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA CURDA

Na primeira seção deste capítulo, procuro demonstrar como as Forças Armadas, o principal bastião do kemalismo, tomou o poder todas as vezes que esse projeto esteve em perigo: Em 1960 contra o islamismo militante, em 1971 contra o comunismo e em 1980 contra o movimento curdo marxista-leninista. Na segunda seção, analiso como a formação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e a consequente guerrilha das décadas de 1980 e 1990, foi uma resposta a essa escalada na repressão. Ao se estabelecer como a principal força do movimento curdo organizado, o PKK reconfigurou o movimento curdo de um embate liderado por chefes tribais para uma luta por autodeterminação com uma matriz revolucionária.

4.1 OS DESAFIOS AO PROJETO KEMALISTA: OS GOLPES MILITARES E A ESCALADA DE VIOLÊNCIA

As décadas seguintes foram de mudanças profundas na política doméstica da Turquia, levando a contestações do projeto kemalista de nação. O multipartidarismo foi instituído no país em 1946, no contexto liberal e anti-autoritário do pós-Segunda Guerra Mundial¹⁴. Em junho do ano anterior, parlamentares do CHP, o ex-primeiro-ministro Celal Bayar, Refik Koraltan, Adnan Menderes e Fuad Köprülü redigiram um *memorandum* exigindo eleições livres e a separação entre os mandatos de presidente da República e do partido. Após a rejeição do

¹⁴ O Partido Republicano do Povo (CHP) governava monocraticamente até 1946, sob a presidência de Mustafa Kemal Atatürk (1923–1938) e İsmet İnönü (1938-1950). Como país adotou o sistema semipresidencialista até o referendo de 2017, é relevante elencar os primeiros-ministros do período: İsmet İnönü (1923-24), Fethi Okyar (1924-25), İsmet İnönü (1925-37), Celâl Bayar (1937-39), Refik Saydam (1939-42), Şükrü Saracoğlu (1942-46), Recep Peker (1946-47), Hasan Saka (1947-49) e Şemsettin Günaltay (1949-50).

texto pela liderança republicana, os seus signatários são expulsos e fundam uma nova agremiação, o Partido Democrático (PD), em 7 de junho de 1946.

Com uma base eleitoral incipiente, o PD só conseguirá ser eleito nas próximas eleições, em 1950, ocasião em que Celal Bayar é nomeado presidente e Adnan Menderes, primeiro-ministro. Os democratas serão reeleitos em 1954 e 1957, em um período marcado por um acelerado crescimento econômico e urbano na esteira do Plano Marshall. Apesar do centro-direita Partido Democrático inserir-se em uma perspectiva econômica liberal, em contraste com as políticas estatistas dos anos 1930, ele não significou um rompimento total com o *habitus* kemalista, mas uma reconfiguração das suas bases frente a um novo contexto sociopolítico (BOZARSLAN, 2013).

No cenário da Guerra Fria, os mandatos de Menderes representaram uma maior aproximação com os países ocidentais, especialmente com os Estados Unidos, expresso no envio de 6.000 soldados para a Guerra da Coreia (1950-53). Dada a localização estratégica da Turquia, cujo papel era importante para firmar um cordão de contenção aos avanços soviéticos no Oriente Médio, o país foi admitido na Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1952 (DAĞCI & DIYARBAKIRLIOĞLU, 2013).¹⁵

Ao alinhar-se automaticamente com o Ocidente, a Turquia aprofundou o seu isolamento junto aos países árabes. Essa relação já estava desgastada desde 1949, quando este foi o primeiro país muçulmano a reconhecer o Estado de Israel e a única nação do Oriente Médio a votar a favor da Resolução 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas.¹⁶ Logo após a sua reeleição, contudo, Menderes realizou uma série de visitas oficiais ao Iraque, Líbano e Síria. O principal objetivo turco era assumir um papel de liderança na região através de um acordo militar anti-soviético.

Em 24 de fevereiro de 1955, Turquia e Iraque assinaram o Pacto de Bagdá, cujo objetivo era formar uma linha de isolamento ao longo da fronteira sudoeste da URSS. Nos meses consecutivos, a Grã-Bretanha, Paquistão e Irã também aderiram ao tratado, posteriormente

¹⁵ Para um estudo aprofundado sobre os impactos da Guerra Fria no Oriente Médio, ver Halliday (1997; 2005) e Tibi (1998). Dado o escopo deste trabalho, não me alongarei nessa dinâmica. Meu objetivo é apenas expor, de maneira breve, o alinhamento da Turquia com os países capitalistas neste período, um capítulo do longo processo histórico de ocidentalização. Nesse contexto sociopolítico que o movimento autonomista curdo organizado emergiu, agora com matizes marxistas-leninistas e não mais tribais e religiosas.

¹⁶ A Resolução 194 da AGNU, adotada em 11 de dezembro de 1948, tinha como objetivo pôr fim à Guerra Árabe-Israelense. A Resolução prescrevia o estabelecimento de uma comissão de conciliação, reconhecia o direito de retorno dos refugiados aos seus lares, a proteção e o livre acesso aos lugares religiosos, assim como a desmilitarização e livre acesso à cidade de Jerusalém, a ser controlada pelos capacetes azuis. A resolução foi adotada por 35 dos 58 estados membros da ONU. Contudo, todos os países da Liga Árabe e, à época, únicos países árabes representados – Egito, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Síria e Iêmen – votaram contra.

renomeado como Organização do Tratado Central (CENTO). No entanto, a presença britânica aumentou a desconfiança dos Estados árabes, imersos em um contexto de estruturação da ideologia pan-arabista e terceiro-mundista. Esse rompimento ficou patente quando a Turquia, ao lado dos países ocidentais e sob a égide da Doutrina Eisenhower, opôs-se à nacionalização do Canal de Suez, em 1956 (DAĞCI & DIYARBAKIRLIOĞLU, 2013).

No plano doméstico, o governo de Menderes reduziu consideravelmente as restrições sobre o campo religioso: cursos corânicos e escolas de formação de *a'imma* foram reabertos pela primeira vez após a proclamação da República. Essa descompressão, contudo, não se explica apenas por interesses eleitorais, em uma Anatólia ultraconservadora que agora se organizava como ator político no sistema multipartidário. No bojo da Guerra Fria, as elites políticas viam o Islã, ao lado do liberalismo econômico, como as duas únicas barreiras à expansão do comunismo no Oriente Médio (BOZARSLAN, 2013).

Entretantes, o Partido Democrático adotou uma postura repressora com a oposição, tanto contra a esquerda incipiente, impulsionada pelos movimentos árabes terceiro-mundistas, quanto com o CHP, fragilizado pelo sistema eleitoral majoritário. Em abril de 1959, foi instaurado um comitê com amplos poderes para investigar as atividades da oposição. Composto exclusivamente por membros da ala mais conservadora do partido, a comissão proibiu toda atividade política fora da Assembleia Nacional até que um relatório fosse redigido. O estabelecimento da investigação foi denunciado como inconstitucional por professores das universidades de Istambul e Ancara, que foram afastados de seus cargos.

A clivagem política entre o Partido Democrático e as demais forças kemalistas aprofundou-se a partir de 1959 com a crise econômica que se instaurou no país, causada pelo endividamento externo e aumento inflacionário. O governo viu-se obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, recebendo um empréstimo de U\$359 milhões de dólares como auxílio. A insatisfação do setor militar com o governo de Menderes recrudesceu frente a escalada do conflito entre turcos e gregos cipriotas.

Setores progressistas e o movimento estudantil passaram a ver uma intervenção das Forças Armadas como a única saída para conter a escalada autoritária do Partido Democrático. Desde a proclamação da República, o Exército passara a ser representado como o guardião dos valores kemalistas, incumbido de proteger os interesses nacionais, o estado secular e moderno, assim como as liberdades sócio-políticas. As elites e camadas médias urbanas, portanto, viam a tomada de poder pelos militares como uma contenção cívico-liberal a um governo reacionário que comprometera a independência social, política e econômica do país (ULUS, 2011).

Em 27 de maio de 1960, a Turquia sofreu o primeiro de uma série de golpes militares. Sob justificativa de violação dos princípios kemalistas e risco à unidade nacional, membros do Partido Democrático foram presos ou forçados ao exílio. O primeiro-ministro Adnan Menderes, junto com os ministros de Finanças e Relações Exteriores, Hasan Polatkan e Fatin Rüştü Zorlu, foram executados em setembro do ano seguinte.

Com o apoio de intelectuais e do movimento estudantil, o General Cemal Gürsel, ex-Chefe do Estado Maior do Exército, foi apontado presidente pela Junta Militar. Ele continuará a dominar a cena política até 1965, período em que o General İsmet İnönü, um dos mais antigos e importantes nomes do kemalismo, foi primeiro-ministro. Nas primeiras eleições livres desde a interrupção democrática, Cevdet Sunay foi eleito presidente e Süleyman Demirel, primeiro-ministro.

Em 1961, foi promulgada uma nova constituição. Redigida por acadêmicos da Faculdade de Ankara e aprovada em um referendo, a nova carta magna adotava o paradigma dos Direitos Humanos e ampliava a proteção social. Um sistema bicameral e o voto proporcional foram freios e contrapesos introduzidos a fim de evitar o monopólio de um partido sobre a política do país, como ocorrera com o CHP e o PD.

Os militares, contudo, ganharam maior ascendência com o estabelecimento de um Conselho Nacional de Segurança (*Millî Güvenlik Kurulu*), cujo objetivo inicial era assessorar o governo em assuntos domésticos e externos. Nas duas próximas décadas, contudo, o CNS gradualmente ampliou sua influência sobre a política nacional, às vezes substituindo o gabinete como o centro do poder *de facto*.

A partir do *coup d'État*, houve uma inflexão na política econômica. Do *laissez-faire* do governo Menderes, a Turquia passou para um período de planos quinquenais e maior presença do estado, visando principalmente a substituição de importações. Por meio de subsídios, controles tarifário e cambial, o objetivo era industrializar o país e reduzir a dependência externa. Entre 1963 e 1976, as taxas anuais de crescimento giraram em torno de 6,9 por cento. Apesar da baixa produtividade, o setor industrial correspondia a 40% do produto interno bruto.

A instalação do parque fabril, contudo, concentrou-se nas cidades de Istambul, İzmir e Adana. Trabalhadores do interior da Anatólia começaram a migrar para o litoral, gerando uma rápida e desordenada urbanização. Muitos não conseguiam encontrar empregos nas indústrias, acabando na informalidade. O crescimento econômico europeu fez com que esses turcos anatólios migrassem para a Alemanha, Bélgica, Holanda, França, Suíça e Grã-Bretanha. No final da década de 1970, mais de 2,5 milhões de turcos viviam na Europa Ocidental. Essa

população em diáspora terá um papel importante na politização das identidades étnicas e na propagação do debate marxista (ZURCHER, 2010)

O caráter mais liberal da nova constituição permitiu a ampliação do espectro político nacional, tanto à esquerda quanto à direita. A primeira agremiação a surgir fora do kemalismo foi o Partido Trabalhista da Turquia (*Türkiye İşçi Partisi* ou TIP). Fundado em fevereiro de 1961 por lideranças sindicais, teve como modelo o Partido Trabalhista britânico. A sua importância não se deve a expressividade eleitoral, mas pelo fato de ter sido o primeiro partido socialista a atuar legalmente no país. Durante a década de 1960, o TIP atraiu o apoio da crescente população de estudantes e proletariado industrial, ocupando o espaço do CHP e servindo como uma espécie de laboratório para a esquerda turca.

Os militantes curdos do partido, contudo, consideraram que as suas demandas deveriam ser endereçadas com maior profundidade e não como um elemento secundário a ser submersos em prol da solidariedade de classe. O descontentamento levou à formação, em 1969, da Sociedade Cultural Revolucionária do Leste (*Devrimci Doğu Kültür Ocakları* ou DDKO). Em uma inflexão, foi a primeira organização a aliar marxismo e luta identitária. O movimento advogava que as disparidades econômicas entre as regiões do país era não apenas agravava as injustiças sofridas pelos curdos, mas era o reflexo do não-reconhecimento e da falta de direitos da minoria cultural. Com um quadro composto por jovens que haviam migrado do interior para as grandes cidades, o DDKO também se opunha às estruturas feudais da sociedade curda. As lideranças tradicionais dos *aghas* foram contestadas, rompendo com o modelo de luta política utilizado nas primeiras revoltas curdas nas décadas de 1920 e 1930 (AKKAYA, 2011; YAVUZ, 2001).

Em resumo, com a urbanização e a liberalização sociopolítica, resultados da Constituição de 1961, uma nova intelectualidade ocupou o espaço dos líderes tribais como mobilizadores da identidade curda, agora endereçadas não em termos religiosos, mas como uma desigualdade econômica regional advinda da falta de direitos políticos. O movimento foi catalisado pelo retorno Mustafa Barzani ao Iraque, após o seu exílio na URSS, iniciado em 1946, ensejou uma revolta de grande escala em 1961, que reavivará a luta curda em todo o Oriente Médio.

A descentralização política levou também ao surgimento de uma direita política organizada. Nesse período, houve a formação do conservador Partido Republicano dos Campos (*Cumhuriyetçi Köylü Millet Partisi* ou CKMP), liderado pelo Coronel Alparslan Türkeş. O oficial ganhara popularidade como o porta-voz do golpe de estado em 1960. Türkeş, contudo, fora expulso do governo militar pela própria junta devido a sua posição contrária à retomada do

poder pelos civis. Em 1969, a agremiação foi renomeada como Partido da Ação Nacionalista (*Milliyetçi Hareket Partisi*, MHP), estruturando-se como um partido militante hierarquicamente organizado. O programa ultra-nacionalista foi articulado pela chamada Doutrina das Nove Luzes (*Dokuz Işık Doktrini*), baseada em um livro escrito por Türkeş. Os princípios básicos eram nacionalismo, idealismo, moralidade, responsabilidade social, espírito científico e positivista, personalismo, apoio aos camponeses, populismo e industrialização. Apesar de teoricamente não estar muito distante do projeto kemalista da década de 1930, na prática revelou-se um nacionalismo violento, radicalmente pan-turco e anticomunista.

Tão atuante quanto o próprio partido era sua organização juvenil, oficialmente chamada de Lareiras do Ideal (*Ülkü Ocakları*), cujos membros se chamavam *Bozkurtlar* ou Lobos Cinzentos. Em dezembro 1968, o grupo iniciou uma campanha armada para intimidar e perseguir estudantes de esquerda, professores e políticos. De fato um grupo paramilitar neofascista, os Lobos Cinzentos eram os principais atores operacionais da Contra-Guerrilha, o ramo turco da iniciativa anti-comunista Gladio (GANSER, 2005).

Em 1971, a escalada da violência entre os ultra-nacionalistas e o movimento de esquerda enfraqueceu o governo do Primeiro-Ministro Süleyman Demirel. Em 12 de março daquele ano, o Chefe do Estado-Maior, Memduh Tagmaç, emitiu um *memorandum* exigindo a formação de um “governo forte e com credibilidade”, capaz de acabar com a “anarquia” e realizar reformas “no espírito kemalista”. Se as demandas não fossem atendidas, o Exército “exerceria seu dever constitucional de zelar pela República da Turquia” e assumiria o poder. Demirel resignou uma semana depois.

Uma coalizão assumiu o controle do país, com o professor de Relações Internacionais e membro da ala conservadora do CHP, Nihat Erim, como primeiro-ministro. O poder residia *de facto* no Exército e as intervenções do generalato foram constantes até as eleições de 1973. Neste ano, o Partido Republicano do Povo obteve votos suficientes para escolher o primeiro-ministro e Mustafa Bülent Ecevit foi indicado.

Em 26 de abril de 1971, foi decretada lei marcial em onze das sessenta e sete províncias do país. Três delas eram povoadas majoritariamente por curdos. Além de declarar estado de emergência, que permaneceu em vigor por quase dois anos e meio, o novo governo alterou todos os quarenta e quatro artigos da constituição. As liberdades civis foram cerceadas, a autonomia das universidades foi restrita e a liberdade de imprensa, limitada. Por outro lado, os poderes do Conselho de Segurança Nacional foram expandidos. Instituiu-se, também, Tribunais Estaduais de Segurança (*Devlet Güvenlik Mahkemesi*), que julgariam mais de 3000 pessoas antes serem abolidos em 1976 (MCDOWALL, 2007).

O número de vítimas da violência política aumentou rapidamente. Em 1977, cerca de duzentos e trinta haviam morrido em choques entre as organizações comunistas e de extrema-direita. Dois anos depois, o número saltara para mil e quinhentos. O caso mais notório foi na cidade de Kahramanmaraş, em dezembro de 1978, quando um pogrom organizado pelos Lobos Cinzentos deixou mais de cem alevins mortos. Nesse contexto, o Partido Trabalhista Turco aprovou uma resolução que reconheceu a presença do povo curdo no leste do país, sendo a primeira agremiação a incluir uma questão no seu programa partidário. Logo em seguida, o partido foi banido e sua liderança está presa. O DDKO teve o mesmo destino.

A crescente violência política não foi, contudo, o único fator a desestabilizar o governo de Ecevit. A Revolução Iraniana despertara o temor de que um movimento islâmico semelhante ocorresse no país. Entrementes, as fragilidades do modelo econômico turco – dependente da importação de insumos básicos, com persistentes déficits na balança comercial e de pagamento – se aprofundaram com os choques de petróleo.

Em 1979, a inflação estava em 90%, a qual o governo tentou controlar por meio de um tabelamento de preços. O primeiro-ministro Ecevit iniciou negociações com o Fundo Monetário Internacional. Em troca de um empréstimo de US\$ 1,8 bilhão, o governo turco deveria introduzir um pacote de reformas que incluía a abolição dos controles de importação e exportação; corte de subsídios; liberação de taxas de juros; aumento de preços; e corte de gastos do governo. Em janeiro de 1980, houve uma drástica desvalorização de 48,6% da lira (BOZARSLAN, 2013)

Nos meses seguintes, o país foi tomado por protestos, greves e ocupações de fábricas, frequentemente acompanhadas de confrontos com o Exército. Em 12 de setembro de 1980, as Forças Armadas deram o terceiro golpe militar em menos de vinte anos. A justificativa era a mesma: conter a anarquia, garantir a integridade do país e preservar os ideais kemalistas. O governo eleito foi forçado a deixar o Parlamento, os partidos políticos foram fechados e banidos, os líderes políticos foram presos. Um grande contingente de militares foi deslocado para a região curda, no sudeste do país, levando a cabo um amplo plano de assimilação no qual oita e um mil curdos foram presos (MCDOWALL, 2007).

A repressão sistemática foi legitimada pela Constituição de 1982, proclamada pelos militares, que reforça o kemalismo como elemento central da unidade turca. Em vigor atualmente, a carta magna promulgada pelos militares restringe os direitos das minorias e impede o livre exercício das liberdades culturais, principalmente linguística. Segundo o Art. 42

da Constituição "[...] nenhuma língua além do turco pode ser ensinada como língua nativa em qualquer instituição de ensino" (TURQUIA, 1982).¹⁷

Essa proibição foi reiterada por leis complementares, como a lei de registro civil nº 1587, vigente até junho de 2003, que declarava que “nomes que não são apropriados para a nossa cultura nacional não serão aceitos”. Sob essa mesma justificativa, em 1986, mais 2,842 aldeias curdas tiveram os seus toponímicos turquicizados. A lei nº 2932/1983, em seu artigo segundo, proíbe “a declaração, circulação e publicação de idéias em um idioma que não seja a língua oficial reconhecida pelo Estado da Turquia”. O artigo terceiro explicitamente define que a língua materna dos cidadãos nascidos no país é a língua turca.

Essas proibições foram estendidas às agremiações partidárias. De acordo a Lei dos Partidos Políticos (Lei 2820, art. 42, parágrafo 3): “[...] Os candidatos a cargos parlamentares não podem usar outro idioma que não seja o turco”. Em seu Art. 81, é definido que:

“os partidos políticos não podem usar outro idioma além do turco na preparação e divulgação de seus estatutos e programas, nas convenções partidárias, nos comícios ao ar livre e em propagandas. É vedado o uso e distribuição de faixas, cartazes, registros, fitas de áudio e vídeo, brochuras e declarações escritas em outros idiomas que não o turco” (TURQUIA, 1983).¹⁸

A lei de agremiações, em seu artigo quinto, proibia a criação de associações que protegessem, desenvolvessem ou propagassem qualquer língua ou cultura que não fosse a turca¹⁹. Tais restrições derivam dos artigos 68 e 69 da Constituição, segundo os quais os programas e estatutos, assim como as atividades dos partidos políticos, não deveriam confrontar a indivisibilidade do Estado, seu território e nação. A Corte Constitucional poderia dissolver

¹⁷ Em inglês: “[...] Education shall be conducted along the lines of the principles and reforms of Atatürk, based on contemporary scientific and educational principles, under the supervision and control of the State. Educational institutions contravening these principles shall not be established. The freedom of education does not relieve the individual from loyalty to the Constitution. [...] No language other than Turkish shall be taught as a mother tongue to Turkish citizens at any institution of education” (TURQUIA, 1982).

¹⁸ Em inglês: “Political parties: a) Shall not uphold that there are minorities in the Republic of Turkey based on difference of national or religious culture or sect or race or language. b) Shall not uphold aims and engage in activities to undermine the integrity of the nation by creating minorities within the country of the Republic of Turkey by means of preserving, developing or spreading languages and cultures other than the Turkish language and culture. c) Shall not use a language other than Turkish in the writing and publication of their bylaws and programmes, in their congresses, indoor and outdoor meetings, meetings, and campaigning activities; shall not use and disseminate any signs, posts, records, audio and visual recordings brochures and statements; shall not be indifferent to others engaging in such acts. However, their bylaws and programmes may be translated into a foreign language other than those languages that have been prohibited by law.” (TURQUIA, 1983)

¹⁹ Em inglês: “It is forbidden to found an association with the aim of claiming that there are minority groups in the Republic of Turkey based on racial, religious, sectarian, cultural or linguistic differences or of creating a minority group by protecting, developing or spreading any other language and culture than Turkish (...)”. A lei foi alvo de emendas e, em janeiro de 2003, foi alterada para o seguinte texto: “No association can be founded with the aim of creating differences of race, religion, sect or region or creating minorities based on these differences and with the aim of changing the unitary state structure of the Republic of Turkey (...); in violation of (...) the national security and the public order.” (TURQUIA, 1983).

quaisquer partidos políticos que violassem esses princípios. Desde 1982, vinte partidos políticos já foram banidos, sendo seis deles pró-curdos.

Reivindicações de grupos minoritários baseados em diferenças linguísticas e culturais passaram a ser criminalmente enquadradas como ameaças à integridade nacional, punidas por tentativa de separatismo. Assim, as próprias políticas do Estado turco, nos marcos do projeto kemalista de nação, é que afastaram a luta por autodeterminação da esfera institucional democrática, forçando-a à clandestinidade. É nesse contexto que o Partido dos Trabalhadores do Curdistão ganha protagonismo.

4.2 A GUERRILHA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO CURDISTÃO

Em 1978, um grupo de jovens estudantes da Universidade de Ancara reuniu-se em um pequeno vilarejo perto da cidade curda de Diyarbakır. Sob a liderança de Abdullah Öcalan e Sakine Cansiz, o que começara como uma dissidência do Partido dos Trabalhadores se tornará o maior movimento revolucionário e o principal desafio da Turquia contemporânea: o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Nas décadas seguintes, a organização levará a cabo uma guerra de guerrilha, estabelecerá uma rede transnacional de comunidades autônomas e servirá de justificativa para a intervenção turca na Guerra da Síria.

De orientação marxista-leninista, o principal objetivo era estabelecer um estado independente no sudeste da Turquia. Segundo o PKK, o povo curdo estaria submetido ao jugo colonial turco, vítima de repressão, políticas assimilacionistas e negação da sua identidade étnica. Em conluio com as lideranças tribais dos *aghas*, a região seria explorada pelos seus recursos naturais e humanos em benefício do Ocidente, sofrendo políticas econômicas discriminatórias e subinvestimentos, tanto pelo Estado quanto pelo setor privado. Apenas um Estado revolucionário comunista, que destruísse o sistema tribal e derrocasse o colonialismo turco poderia levar a plena libertação do povo curdo (MUTLU, 2001).

Para o PKK, a luta separatista do Curdistão turco era uma etapa de um quadro mais amplo, que visava a unificação de todo o povo curdo e uma revolução socialista regional (GUNES, 2012). Essa posição antagonizava com a de outros grupos, como o iraquiano Partido Democrático do Curdistão (KDP). De caráter mais conservador e liderada pela tradicional família de *aghas* Barzani, a organização propunha uma solução federativa para a questão curda no Iraque, o que se concretizará em com o estabelecimento do Governo Regional do Curdistão em 1992.

Esse modelo também era defendido pelo Partido Socialista do Curdistão Turco (*Türkiye Kürdistan Sosyalist Partisi* ou TKSP), fundado em 1974. A partir do entendimento que os curdos não são uma minoria, mas uma nação independente, a organização propunha a constituição de um parlamento regional, através do qual uma administração autônoma poderia ser exercida, com uma força policial independente e educação no idioma nativo. O partido, contudo, só pode atuar legalmente na Turquia a partir de 2016, demonstrando mais uma vez como as políticas repressivas do Estado impediram que soluções institucionais para a questão curda germinassem.

Além de divergências nos projetos emancipatórios, o PKK diferia de outros movimentos curdos na Turquia, como o TKSP, pela ênfase dada à luta armada como tática política. Para as lideranças do Partido, apenas uma guerrilha, principalmente rural, poderia levar à revolução etno-nacionalista. Essa insurgência foi dirigida tanto contra os órgãos do Estado turco, quanto contra os *aghas*, representantes do atraso e do colaboracionismo no Curdistão (TAŞPINAR, 2004; ROMANO, 2006; MCDOWALL, 2007).

Neste quadro, o PKK foi responsável pelo aprofundamento do caráter étnico do nacionalismo curdo, concebido pelas organizações anteriores como uma disparidade regional e de classe. Um dos símbolos desse movimento foi a crescente politização do tradicional feriado de ano novo, ou Newroz. A celebração é uma antiga tradição zoroástrica, em que fogueiras são acesas no final do inverno para simbolizar a vitória da luz sobre a entidade demoníaca Angra Mainyu. O festival passou a simbolizar o ressurgimento da identidade curda frente a tirania do Estado. Até a sua legalização, em 2000, era comumente uma data de ataques do PKK e confronto com as forças policiais. Em 1992, mais de 90 participantes curdos foram mortos pelo governo durante a celebração (HUMAN RIGHTS WATCH, 1993).

A disputa entre o PKK e o Estado da Turquia pode ser dividida em três períodos distintos tanto em intensidade dos confrontos, quanto em tipos de estratégias militares e dinâmicas políticas regionais: O primeiro, de maior violência, entre 1984 e 1999; o segundo, marcado pelo apaziguamento e negociações de paz, entre 2004 e 2010; e o terceiro, de maior internacionalização, após o início da Guerra da Síria em 2011. Este último será analisado com mais profundidade na última seção deste capítulo.

Com o golpe de 1980, o partido teve que tomar uma decisão: ou permanecer na Turquia, apesar da repressão e do número crescente de prisões de seus militantes, ou exilar-se e reorganizar-se no exterior. Diante desse cenário, o PKK instalou campos de treinamento na Síria e no Vale do Beqaa, no Líbano. Nessas bases, a organização pode se desenvolver militar e politicamente, criando uma forte rede de apoio popular.

Os primeiros ataques armados ocorreram em agosto de 1984, simultaneamente nas províncias de Siirt e Hakkari, no sudeste da Anatólia, matando um soldado das Forças Armadas. Até 1999, o PKK realizou noventa e cinco grandes ataques às forças turcas. A resposta do governo turco foi igualmente violenta, definindo as ações do PKK como uma ameaça à integridade territorial da Turquia.

Em 1987, a Turquia decretou a criação de um Governo de Região em Estado de Emergência (*Olağanüstü Hâl Bölge Valiliği*, OHAL) para conter o sudeste do país. Posto sobre o controle de um “supergovernador” plenipotenciário, o povo curdo sofreu pesadas repressões, o que acabou por aumentar o apoio ao PKK e escalada de violência.

Ao longo dos anos, o OHAL ordenou, sem aviso prévio, o reassentamento de 3 milhões pessoas e a erradicação de 3 mil aldeias curdas. Sob a proteção do Decreto nº 430, de dezembro de 1990, o governo regional podia exilar qualquer habitante sob a sua jurisdição e ordenar ou desacatar os governadores provinciais. Este decreto também concedeu imunidade contra qualquer processo judicial relacionado às ações exercidas durante o mandato do governador. Esse sítio vigorou por vinte cinco anos, sendo revogado apenas em 2002.

Além de estabelecer um estado de exceção, a Turquia enviou 360 mil soldados, 40 mil policiais e 62 mil guardas de aldeias na região. O número de vítimas desse confronto é alarmante, contabilizando: 5,824 mortos entre as Forças Armadas e policiais turcas, 5,320 civis e 30 mil combatentes do PKK. Ao todo, foram mais 40 mil mortos, 4 mil aldeias destruídas e mais de 2 mil execuções extrajudiciais (MCDOWALL, 2007)

Durante a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, foi estabelecida uma *no-fly zone* no norte do Iraque correspondente a zona curda. Diante da vitória do Peshmerga sobre as tropas do governo iraquiano, foi conquistada a autonomia da região em outubro 1991. Neste mesmo ano, o PKK, que sempre foi retratado como uma organização com suporte externo cujo alvo era enfraquecer e dividir o Estado turco, passou a ser denominado uma organização terrorista. A Lei Antiterrorismo n.3173 define: “[...]Terrorismo é qualquer tipo de ato praticado por uma ou mais pessoas pertencentes a uma organização com o objetivo de alterar as características da República [...], prejudicando a unidade indivisível do Estado com seu território e nação.” (TURQUIA, 1991).

Em 1992, os dois maiores partidos políticos curdo-iraquianos, o Partido Democrático do Curdistão (KDP) e o União Patriótica do Curdistão (PUK), estabeleceram a autonomia da região. Em 2005, seria oficialmente reconhecido o Governo Regional do Curdistão (GRC). Em abril de 1992, os líderes curdo-iraquianos concordaram em impedir que incursões do PKK

partissem do seu território em direção à Turquia, movimento ao qual o partido contra-atacou cortando suprimentos do Curdistão iraquiano.

Em agosto de 1992, a força aérea turca atacou no norte do Iraque contra bases do PKK. Sucederam-se outras operações, como a Operação Steel, em 20 de março de 1995, que mobilizou 35 mil soldados, e a Operação Hammer de 12 de maio a 7 de julho de 1997. O objetivo das duas operações era o mesmo: destruir as unidades do PKK no norte do Iraque e fortalecer o PDK, liderado por Massoud Barzani, na guerra contra o PUK, de Jalal Talabani. Malsucedidas, elas foram sucedidas pela Operação Dawn, desenrolada entre 25 de setembro e 15 de outubro de 1997.

Após ameaças militares e pressões políticas, Abdullah Öcalan foi forçado a deixar a Síria, onde estava exilado desde 1980. Ele foi preso em fevereiro de 1998 no aeroporto de Nairóbi, em uma operação conjunta entre a Organização de Segurança Nacional da Turquia (MIT) e a Agência Central de Inteligência estadunidense (CIA). Acusado de terrorismo, Öcalan foi condenado à morte, mas teve a sua sentença convertida em prisão perpétua depois que a Turquia iniciou o processo de adesão à União Europeia (UE). Em 1 de setembro de 1998, o PKK declarou unilateralmente um cessar-fogo até 2004.

Em 1 de junho de 2004, o PKK retomou as suas atividades, dando início a segunda fase do conflito com as autoridades turcas. Apesar dos ataques ocasionais, esse período foi marcado por um distensionamento gradual, resultante de uma mudança na postura tanto do movimento curdo quanto do governo central, agora sob a presidência do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP).

Desejoso de aderir à União Europeia, para quem uma das maiores condições era de que a Turquia resolvesse a questão curda com métodos pacíficos, o Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) concedeu direitos importantes ao povo curdo. Em 2004, foi permitido que escolas particulares ensinassem em língua curda e o estado de emergência foi revogado. O PKK declarou não mais objetivar a criação de um território separatista, mas uma autonomia democrática.

O PKK criou um forte ramo urbano conhecido como Koma Civakên Kurdistan (KCK) ou União das Comunidades do Curdistão, por meio do qual o partido gostaria de atuar em áreas urbanas. O KCK abriu escolas políticas nas cidades para educar politicamente e organizar os curdos. Assim, se no primeiro momento, o PKK usou força militar bruta para obter apoio civil, no segundo período, o PKK usou táticas menos violentas para convencer os civis curdos a apoiar sua causa.

Entretanto, a aparente distensão incentivou o surgimento de uma nova classe política curda disposta a engajar-se na esfera partidária institucional. Em 2005, foi fundado o Partido da Sociedade Democrática (DTP). Após ganhar a maioria dos votos no sudeste do país, durante as eleições parlamentares de 2009, a agremiação foi banida pela Corte Constitucional sob alegação de vínculo com terrorismo. Na época, 1,400 membros do partido foram presos (BOZARSLAN, 2013).

Como seu sucessor, foi fundado o Partido da Paz e Democracia (BDP). Nas eleições de junho de 2011, o partido obteve 6,4% do total dos votos, correspondentes a 2,5 milhões de pessoas. O BDP ficou em primeiro lugar em 12 províncias majoritariamente curdas, contabilizando 50,8% dessa região. Em 2014, o partido converteu-se em uma organização regional, filiando-se nacionalmente ao Partido Democrático dos Povos (*Halkların Demokratik Partisi*, HDP).

Após uma onda de ataques, em abril de 2009 o PKK declarou novamente o cessar-fogo. Em setembro, Erdoğan lançou a “Iniciativa Curda”, que permitiu o acesso a serviços sociais e religiosos em outras línguas que não o turco e prevê a criação de uma comissão para investigar abusos das forças armadas turcas. No entanto, o governo logo depois começou a se afastar de seu tom reconciliatório. A influência do nacionalismo turco nas escolhas políticas do AKP, a falta de valores democráticos profundamente enraizados na tradição política que o partido representa e uma fraca capacidade administrativa sobre a questão curda, assim como o crescimento eleitoral dos partidos pró-curdos e eclosão da Guerra na Síria foram os principais fatores para esse recuo (ÇIÇEK, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República da Turquia nasce de um mito fundador: a derrota do Império Otomano, multiétnico e religioso, frente às potências europeias, modernas e laicas. O entendimento da segurança nacional na Turquia relaciona-se, então, à defesa da soberania do Estado, da integração territorial e da preservação dos valores nacionais, cristalizados na ideia de *vatan*. A cultura política nacional, reiterada pelas elites kemalistas e pela burocracia militar, é resultado de uma luta permanente contra inimigos domésticos e externos, no qual o Estado enfrenta um perigo constante.

Por meio de práticas representacionais do que é ser turco que o projeto kemalista tentou consolidar a ideia de nação, delimitando quem está fora e quem está dentro, o que é anarquia e

ordem, eu e o Outro. Nesse regime de verdade, toda manifestação dissidente pode ser configurada como uma ameaça à integridade ontológica da Turquia.

Dado o caráter intrinsecamente arbitrário do que se entende como identidade nacional, esse regime de soberania precisou ser constantemente reiterado por códigos jurídicos, tecnologias disciplinares que enquadram o que é legal e ilegal, cidadão e terrorista. A circulação da "síndrome de Sèvres" como componente do discurso de segurança deu-se principalmente pelo estabelecimento da agenda securitária pelas autoridades militares. Entendidos como os guardiões do projeto kemalista, coube ao mais alto comando do país preservar a estabilidade nacional e intervir quando esta estivesse ameaçada, como comprovam os sucessivos golpes no século XX.

É apenas a partir da representação do curdo como uma alteridade ameaçadora que a categoria "curdo" se reifica e se radicaliza. Uma "questão curda" só surge como um problema securitário porque foi denominado como tal dentro de marcos historicamente específicos de nação. Assim, a falha da República da Turquia em reconhecer o caráter plurinacional e multiétnico do país é que ensejou a criação de um movimento por autodeterminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, E.; BARNETT, M. Security communities in theoretical perspective. In _____. **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 3-28.
- AHISKA, Meltem. Occidentalism: The Historical Fantasy of the Modern. **The South Atlantic Quarterly**, v.102, n.2, p. 351-379, 2003
- AHMAD, Feroz. **The Making of Modern Turkey**. Oxon: Routledge, 1996
- _____. **Turkey: The Quest for Identity**. London: Oneworld Publications, 2003
- AKKAYA, Ahmet Hamdi. **From Denial to Insurgency: The PKK and the Reconstruction of the Kurdish Identity**. Ghent: Ghent University, 2011
- ALLSOPP, Harriet. **The Kurds of Syria: Political Parties and Identity in the Middle East**. I. B. Tauris, 2015
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFI, Helen. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. Londres: Routledge, 1989.
- ASHLEY, Richard K. Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique. **Millennium: Journal of International Studies**, s.l, v.17, n. 2, p. 227-262, jun. 1988.
- ATABAKI, Touraj. **The State and the Subaltern: Modernization, Society and the State in Turkey and Iran**. I.B. Tauris, 2007
- BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v.11, n.2, p.171–201, 2005.
- BALZACQ, Thierry; LÉONARD, Sarah; RUZICKA, Jan. Securitization revisited: theory and cases. **International Relations**, s.l., v. 30, n. 4, 2013. p. 494-531
- BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. Oxon: Routledge, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983
- BOZARSLAN, Hamit. **Histoire de la Turquie: De l'empire à nos jours**. Paris: Tallandier, 2013
- _____. Kurds and the Turkish state. In KASABA, Reşat (Ed.). **The Cambridge History of Turkey Volume 4: Turkey in the Modern World**. Cambridge University Press, 2008
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- BUZAN, Barry. **People, states, and fear: The national security problem in international relations**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

- _____. **People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole e De WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CAGAPTAY, Soner. **Islam, Secularism and Nationalism in Modern Turkey: Who is a Turk?** Oxon: Routledge, 2006
- CAMPBELL, David. **National Deconstruction: Violence, Identity, and Justice in Bosnia.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998
- _____. **Writing Security.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.
- CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism and International Relations.** Londres: Routledge, 2002
- CIZRE, Ümit Cizre. **Secular and Islamic Politics in Turkey: The Making of the Justice and Development Party.** Oxon: Routledge, 2007
- COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v.10, n.2, p.126-155, 1981.
- CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme.** Paris: Présence Africaine, 1955.
- _____. **Esclavage et colonisation.** Paris: Présence Africaine, 1948.
- DAĞCI, Gül Tuba; DIYARBAKIRLIOĞLU, Kaan. Turkish Foreign Policy during Adnan Menderes Period. **Alternatives Turkish Journal of International Relations**, v. 12, n. 1, 2013.
- DEMIR, İpek. Humbling Turkishness: undoing the strategies of exclusion and inclusion of Turkish modernity. **Journal of Historical Sociology**, Leeds, v.27, n.3, p.381–40, mar. 2014
- DEMIRTAŞ-BAGDONAS, Ozlem. Reading Turkey's foreign policy on Syria: the AKP's construction of a great power identity and the politics of grandeur. **Turkish Studies**, v. 15, n. 1, 2014, pp. 139-155.
- DERINGIL, Selim. “They Live in a State of Nomadism and Savagery”: The Late Ottoman Empire and the Post-Colonial Debate. **Comparative Studies in Society and History**, v. 45, p.311 – 342, 2003.
- DERRIDA, Jacques. **De la Grammatologie.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1967

- DÜNDAR, Fuat. **L'ingénierie ethnique du Comité Union et Progrès et la turcisation de l'Anatolie (1913-1918)**, Thèse de Doctorat d'Histoire, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris (sous la direction de Hamit Bozarslan). 2006.
- EDKINS, Jenny. Poststructuralism. In. GRIFFITHS, Martin (ed.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century**. Oxon: Routledge, 2007
- ELIGÜR, Banu. **The Mobilization of Political Islam in Turkey**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010
- ENSAROĞLU, Yilmaz. Turkey's Kurdish Question and the Peace Process. **Insight Turkey**, v. 15, n. 2, 2013, p. 7-17.
- EPSTEIN, Charlotte. Who Speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics. **European Journal of International Relations**, n.17, v.2, p.327-350, 2011.
- FABIAN, Johannes. **Time and the Other**. Nova York: Columbia University Press, 1983
- FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. Nova York: Grove Press, 1967.
- FINDLEY, Carter Vaughn. **Turkey, Islam, Nationalism, and Modernity: A History (1789-2007)**. New Haven, Yale University Press, 2010
- FLEET, Kate; FAROQHI, Suraiya N.; KASABA, Reşat. **The Cambridge History of Turkey, Volume 4: Turkey in the Modern World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.
- _____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.
- _____. **Nacimiento de la Biopolítica**. Curso em el Collège de France: 1978-1979. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007c.
- FREY, F.W. Patterns of Elite Politics in Turkey. In George Lenczowski (Ed.), **Political Elites in the Middle East**, p. 41-82. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1975.
- FULLER, Graham E. **Turkey's Kurdish Question**. Rowman & Littlefield Publishers, 1998
- GANSER, Daniele. **NATO's Secret Armies: Operation GLADIO and Terrorism in Western Europe**. Oxon: Routledge, 2005
- GEORGE, Jim; CAMPBELL, David. Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations. **International Studies Quarterly**, s.1, v. 34, n. 3, p. 269-293, set. 1990.
- GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

- GUNES, Cengiz. **The Kurdish National Movement in Turkey: From Protest to Resistance**. Oxon: Routledge, 2012.
- GUNTER, Michael. **Out of Nowhere: The Kurds of Syria in Peace and War**. London: Hurst & Co., 2014
- _____. The Kurdish issue in Turkey: back to square one. **Turkish Policy Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 77-86, 2016
- _____. **Historical dictionary of the Kurds**. Oxford: Scarecrow Press, 2004
- GÖKALP, Zya. **The Principles of Turkism**. Leiden: Brill Publishers, 1968
- GÖÇEK, Fatma. **The Transformation of Turkey: Redefining State and Society from the Ottoman Empire to the Modern Era**. Nova York: I. B. Tauris, 2011.
- HALE, William M. & ÖZBUDUN, Ergun. **Islamism, Democracy and Liberalism in Turkey: The case of the AKP**. Taylor & Francis, 2009
- HALL, Stuart. When Was “The Post-Colonial”: Thinking at the Limit. In: CHAMBERS, I.; CURTI, L. (Ed.). **The Post-Colonial Question**. Londres: Routledge, 1996. p. 242-260.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- _____. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge University Press, 2005.
- HANIOĞLU, M. Şükrü. Turkism and the Young Turks: 1889-1908. In KIESER, Hans-Lukas (ed.). **Turkey Beyond Nationalism, Towards Post-National Identities**. Londres: I.B Tauris, 2006.
- HEPER, Metin & SAYARI, Sabri Sayari (eds.). **The Routledge Handbook of Modern Turkey**. Oxon: Routledge, 2012
- HEPER, Metin. **State and Kurds in Turkey: The Question of Assimilation**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007
- HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- HURD, Ian. **After Anarchy: Legitimacy and Power in the United Nations Security Council**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- IBRAHIM, Ferhad. The Kurdish National Movement and the Struggle for National Autonomy In. BERBEROĞLU, Berch (ed.) **The National Question- Nationalism, Ethnic Conflict & Self-Determination in the 20th Century**. Philadelphia: Temple University Press, 1995
- IMBER, Colin. **The Ottoman Empire, 1300–1650: The Structure of Power**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002

JOOBANI, Hossein Aghaie & ADIS Ö NMEZ, Umut Can. Turkey's Volte-Face Politics: Understanding the AKP's Securitization Policy toward the Syrian Conflict. **New Middle Eastern Studies**, v. 8, n. 1, 2018, pp. 42-62.

JUNG, Dietrich; PICCOLI, Wolfango. **Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East**. Londres: ZED Books, 2001

KANDIYOTI, Deniz. **Women, Islam and the State**. Londres: Palgrave Macmillan, 1991

KATZENSTEIN, P., KEOHANE, R. e KRASNER, S. International Organization and the Study of World Politics. In _____. **Exploration and Contestation in the Study of World Politics: A Special Issue of International Organization**. Massachusetts: MIT Press, 1999

KATZENSTEIN, P. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Nova York: Columbia University Press, 1996

KEOHANE, Robert (Ed.). **Neorealism and its Critics**. Nova York: Columbia University Press, 1986. p. 204-254.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. **Critiques de l'Économie Politique**, v.5, p.65-97, 1978.

KEYMAN, Emin Fuat. **Democracy, identity and foreign policy in Turkey: hegemony through transformation**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

KEZER, Zeynep. **Building Modern Turkey: State, Space, and Ideology in the Early Republic**. University of Pittsburgh Press, 2015

KHATIB, Lina; DUTTON, William; THELWALL, Michael Public Diplomacy 2.0: An Exploratory Case Study of the US Digital Outreach Team. s.l, **Middle East Journal**, v.66, n.3, 2011

KINNVALL, Catarina. Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security. **Political Psychology**, v. 25, n. 5, p. 741-767, 2004

KIRDIŞ, Esen. The role of foreign policy in constructing the party identity of the Turkish Justice and Development Party (AKP). **Turkish Studies**, v.16, n. 2, 2015, pp. 178-94.

KRISHNA, Sankaran. The Importance of Being Ironic: A Postcolonial View on Critical International Relations Theory. **Alternatives: Global, Local, Political**, s.l., v. 18, n. 3, p. 385-417, 1993

LEGRO, J. **Rethinking the World: Great Power Strategies and International Order**. Ithaca: Cornell University Press, 2005

LEWIS, Bernard. **The Emergence of Modern Turkey**. Oxon: Oxford University Press, 1968

LUNDGREN, Asa. **The Unwelcome Neighbour: Turkey's Kurdish Policy**. I.B.Tauris, 2007

- MARDIN, Şerif. **Religion, Society and Modernity in Turkey**. Nova York: Syracuse University Press, 2006.
- MCDOWALL, David. **A Modern History of the Kurds**. Londres: I.B.Tauris, 2007.
- MCSWEENEY, Bill. Identity and Security: Buzan and the Copenhagen School. **Review of International Studies**, v. 22, n. 1, 1996.
- _____. Durkheim and the Copenhagen School: a Response to Buzan and Wæver. **Review of International Studies**, v. 24, n. 1, 1998
- _____. **Security, Identity and Interests: A Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- MITZEN, Jennifer. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. **European Journal of International Relations**, v.12, n.3, p. 341–370, 2006
- MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Anne; TORRES, Lourdes M. **Third World Women and the Politics of Feminism**. Minneapolis: Indiana University Press, 1991
- MUTLU, Servet. Economic Bases of Ethnic Separatism in Turkey: An Evaluation of Claims and Counterclaims. **Middle Eastern Studies**, v.37, n.4, p.101-135, 2001.
- NEAL, Andrew W. **Exceptionalism and the Politics of Counter-Terrorism: Liberty, Security, and the War on Terror**. Oxon: Routledge, 2010.
- NEZAN, Kendal. The Kurds under the Ottoman Empire. In: CHALIAND, Gerard (ed.). **The Kurds and Kurdistan, a People without a Country**. Londres: ZED Books, 1993.
- NYMAN, Jonna. Securitization theory In. SHEPHERD, Laura J (ed.) **Critical approaches to security: an introduction to theories and methods**. Nova York: Routledge, 2012.
- ODYSSEOS, Louiza. **The Subject of Coexistence: Otherness in International Relations**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- OLSON, Robert. Turkish-Kurdish Relations: A Year of Significant Developments. **Insight Turkey**, v. 10, n. 3, 2008, p. 23-51.
- PERSRAM, Nalini. Sovereignty, Subjectivity, Strategy. In. EDKINS, Jenny; PERSRAM, Nalini; PIN-FAT, Véronique. (Ed.). **Sovereignty and Subjectivity**. Boulder: Lynne Rienner, 1999.
- PETERSON, V. Spike. Transgressing Boundaries: Theories of Knowledge, Gender and International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, s.1, v. 21, n. 2, p.183-206, 01 jun. 1992.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

- RABINOW, Paul. **The Foucault Reader**. Nova York: Pantheon Books, 1984
- ROMANO, David & GURSES, Mehmet. **Conflict, Democratization, and the Kurds in the Middle East**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- ROMANO, David. **The Kurdish Nationalist Movement: Opportunity, Mobilization and Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SADIKI, Lardi. **The Search for Arab Democracy**. Nova York: Columbia University Press, 2004
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- SAJED, Alina. **Postcolonial Encounters in International Relations: The Politics of Transgression in the Maghreb**. Londres: Routledge, 2012
- SCHMID, Dorothée. **La Turquie au Moyen-Orient**. Paris: CNRS Éditions, 2011
- SCHMIDINGER, Thomas. **Rojava: Revolution, War and the Future of Syria's Kurds**. London: Pluto Press, 2018
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, 2002 .
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the subaltern speak?**. Basingstoke: Macmillan, 1988.
- SYLVESTER, Christine. Empathetic Cooperation: A Feminist Method for IR. **Millennium: Journal of International Studies**, s.l, v. 23, n. 2, p.315-334, 01 jun. 1994.
- TAŞPINAR, Orhun. **Kurdish Nationalism and Political Islam in Turkey: Kemalist Identity in Transition**. Oxon: Routledge, 2004
- TEJEL, Jordi. **Syria's Kurds: History, Politics and Society**. Oxon: Routledge, 2008
- TIBI, Bassam. **Conflict and War in the Middle East: From Interstate War to New Security**. Londres: Palgrave Macmillan, 1998
- ULUS, Özgür Mutlu. **The Army and the Radical Left in Turkey: Military Coups, Socialist Revolution and Kemalism**. Londres: I.B.Tauris, 2011
- UNGOR, Ugur Umit. **The Making of Modern Turkey**. Oxford University Press, 2011
v. 18, n. 3, p. 385-417, 1993
- VALI, Abbas. **Kurds and the State in Iran: The Making of Kurdish Identity**. New York: I.B. Tauris, 2011
- VAN BRUINEN, Martin. **Agha, Shaikh and State: The Social and Political Structures of Kurdistan**. Londres: Zed Books, 1992
- WALKER, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. **Constructing International Politics**. *International Security*, v. 20, n. 1, p. 71-81, 1995

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In LIPSCHUTZ, Ronnie D. **On Security**. Nova York: Columbia University Press, 1995, p. 46-87.

_____. **Security, the Speech Act: Analysing the Politics of a Word**. Working Paper apresentado no Research Training Seminar, Sostrup Manor, 1989.

WÆVER, Ole Wæver; BUZAN, Barry Buzan; KELSTRUP, Morten; LEMAITRE, Pierre. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. Londres: Pinter Publishers Ltd., 1993

YADIRGI, Veli. **The Political Economy of the Kurds of Turkey: From the Ottoman Empire to the Turkish Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017

YAVUZ, M. Hakan. Five stages of the construction of Kurdish nationalism in Turkey. **Nationalism and Ethnic Politics**, v. 7, n. 3, 2001, 1-24.

_____. **Islamic Political Identity in Turkey**. Oxford University Press, 2005

YAVUZ, M.; ÖZCAN, Nihat Ali. Turkish Democracy and the Kurdish Question. **Middle East Policy**, v. 22, n. 4, p. 73-87, 2015

YEĞEN, Mesut. The 2011 Elections and the Kurdish Question. **Insight Turkey**, v. 13, n. 4, 2011, p. 147-169.

YILDIZ, Kerim. **The Kurds in Syria: The Forgotten People**. London: Pluto Press, 2005

YILMAZ, Hale. **Becoming Turkish: Nationalist Reforms and Cultural Negotiations in Early Republican Turkey (1923–1945)**. New York: Syracuse University Press, 2013

ZARAKOL, Ayşe. **After defeat: how the East learned to live with the West**. Cambridge University Press, 2011.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations: The Politics of Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Staging war as cultural encounter. In. EDKINS, J.; KEAR, A.; ZEHFUSS, M. (Ed.). **International Politics and Performance: Critical Aesthetics and Creative Practice**. Abingdon: Routledge, 2013. p. 221-233

ZEYDANLIOĞLU, Welat. The white Turkish Man's burden: orientalism, kemalism and the kurds in Turkey, In RINGS, G.; IFE, A. (eds) **Neo-colonial Mentalities in Contemporary Europe? Language and Discourse in the Construction of Identities**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p.155–174, 2008

ZURCHER, Erik J. The Ottoman Legacy of the Kemalist Republic. In ATABAKI, Touraj (ed.). **The State and the Subaltern: Modernization, Society and the State in Turkey and Iran.** Londres: I.B.Tauris, 2007.

_____. **The Young Turk Legacy and Nation Building from the Ottoman Empire to Atatürk's Turkey.** Londres: I. B. Tauris, 2010

_____. **Turkey A Modern History.** Londres: I.B.Tauris, 2004.

ÇAPAN, Zeynep Gülsah; ZARAKOL, Ayşe. Turkey's ambivalent self: ontological insecurity in 'Kemalism' versus 'Erdoğanism'. **Cambridge Review of International Affairs**, [s.l.], v. 32, n. 3, p.263-282, abr. 2019.

ÇINAR, Alev. **Modernity, Islam, and Secularism in Turkey: Bodies, Places, and Time.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005

ÇIÇEK, Cuma. **The Kurds of Turkey: National, Religious and Economic Identities.** I.B.Tauris, 2017

ÖKTEM, Kerem; KARLI, Ayşe; KADIOĞLUÖ, Mehmet. **Another Empire? A Decade of Turkey's Foreign Policy under the Justice and Development Party.** Istanbul: Bilgi University Press, 2012

ÖKTEM, Kerem; KERSLAKE, Celia J. & ROBINS, Philip. **Turkey's Engagement with Modernity: Conflict and Change in the Twentieth Century.** New York: Palgrave Macmillan, 2010

ÖZCAN, Ali Kemal. **Turkey's Kurds: A Theoretical Analysis of the PKK and Abdullah Öcalan.** Oxon: Routledge, 2005

ÖZKAN, Behlül. **From the Abode of Islam to the Turkish Vatan: The Making of a National Homeland in Turkey.** New Haven, Yale University Press, 2014

ÜNAL, Mustafa C. Is it ripe yet? Resolving Turkey's 30 years of conflict with the PKK. **Turkish Studies**, v. 17, n.1, 2016, pp. 91-125.

APÊNDICE I

401 A.C. - Corduena, grupo étnico apontados pela literatura como o principal grupo proto-curdo, é mencionado em Anábase, do general grego Xenofonte.

Meados do século 7 D.C- Curdos são islamizados. Saladin batalha contra os cruzados e funda a dinastia Ayyubid no Egito e na Síria

1514 - Batalha de Chaldiran estabelece as fronteiras persa-otomanas no Curdistão

1597 - Sharaf Khān Bidlīsī escreve Sharafnama sobre a história curda

1639 - Tratado de Zuhab estabelece formalmente as fronteiras entre os impérios Persa e Otomano

1692 - Ahmad-i Khani (1650–1706) escreve Mem û Zîn, a principal epopeia da literatura curda

1811 - Maulana Khalid funda a Khalidiyya, um ramo da ordem sufi Naqshbandiyya no Curdistão iraquiano

1847 - Badr Khan Beg, governante do último emirado curdo semi-independente, rende-se aos otomanos

1880 - Primeira revolta curda, liderada por Sheikh Ubeydullah. Ubeydullah demandava o reconhecimento de um Curdistão independente dos Império Otomano e da dinastia Qajar.

1891 - O sultão otomano Abdul Hamid II cria a Hamidiye, cavalaria curda que atuará no massacre de armênios e assírios entre 1894 e 1896

1914–18 - Apoio curdo às forças otomanas na Primeira Guerra Mundial

1916 - Acordo de Sykes–Picot

1918 - Em um de seus Quatorze Pontos do presidente estadunidense Woodrow Wilson declara que minorias não-turcas do Império Otomano deveriam ter o direito a um “desenvolvimento autônomo” (Ponto 12). Sheikh Mahmud Barzinji inicia uma década de revoltas mal-sucedidas no Iraque.

1919–23 - Curdos dão apoio a Guerra de Independência Turca.

1920 - O Tratado de Sèvres, assinado em agosto de 1920, partilha o Império Otomano entre o Reino da Grécia, o Reino de Itália, o Império Britânico e a República francesa. Além estabelecer a independência da Armênia, o tratado garante a “autonomia local das áreas predominantemente curdas” (Artigo 62) e prevê a possibilidade de que os “povos curdos” possam adquirir “independência da Turquia” (Artigo 64). A Conferência de San Remo leva à criação, sob o mandato da Liga das Nações, do Mandato Britânico da Mesopotâmia.

1923 - O Tratado de Lausanne substitue o de Sèvres, que havia sido recusado pelo movimento nacional chefiado por Mustafá Kemal Atatürk. O tratado reconhece a legitimidade do regime

de Atatürk instalado em Ancara e define as fronteiras da Turquia moderna. Não menciona as reivindicações curdas.

1925 - Turquia suprime a Rebelião do Sheikh Said.

1927 - Criação do partido pan-curdo Xoybûn.

1930 - Turquia reprime a República de Ararat, que havia sido declarada após uma rebelião liderada por Ihsan Nuri e membros do Xoybûn. Mulla Mustafa Barzani (1903–79) começa a emergir como um das principais lideranças curdas do século XX.

1936–38 - Turquia reprime a Rebelião de Dersim

1936 - Tratado de Saadabad é assinado entre a Turquia, Irã, Iraque e Afeganistão. O pacto de não-agressão foi usado para lutar contra as revoltas curdas.

1946 - A República de Mahabad é estabelecida no Curdistão iraniano. O Partido Democrático do Curdistão (KDP) é fundado no Iraque em 16 de agosto.

1955 - Criação da Organização do Tratado Central, aliança militar entre Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido. Também conhecido como Pacto de Bagdá, o tratado obrigava os três países com minorias curdas a cooperar na prevenção de qualquer ação transnacional que pudesse desafiar as fronteiras nacionais.

1958 - Mulla Mustafa Barzani retorna ao Iraque após exílio na URSS.

1961 - Início dos enfrentamentos entre as forças curdo-iraquianas lideradas por Barzani e o governo do Iraque.

1974 - Novos embates entre curdo-iraquianos e o governo do Iraque.

1975 - Acordo de Argel, assinado em março entre Iraque e Irã, dá fim ao apoio iraniano ao Peshmerga. Derrota de Mulla Mustafa Barzani que, com 100.000 seguidores, deixa o Iraque, permitindo que o Partido Ba'ath implemente políticas assimilacionistas contra os curdos. Seu filho, Massoud Barzani (1946–), emerge como seu sucessor.

1975 - Jalal Talabani (1933–) cria a União Patriótica do Curdistão (PUK) no Iraque.

1978 - Em 27 de novembro, Abdullah Öcalan cria o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) na Turquia.

1979 - O Ayatollah Ruhollah Khomeini ascende ao poder no Irã. Saddam Hussein torna-se presidente do Iraque.

1980 - Em 12 de setembro, ocorre um golpe militar na Turquia, seguido por uma forte repressão aos curdos.

1980–88 - A guerra Irã-Iraque envolve curdos de ambos os lados.

1982 - É promulgada a nova constituição turca. Em vigor até hoje, contém diversos dispositivos repressivos, como o artigo 42 que proíbe o ensino de outros idiomas além do turco como primeira língua nas escolas.

1984 - Início da insurgência do PKK na Turquia.

1985 - Março: PKK cria a Frente Nacional de Libertação do Curdistão (ERNK). Abril: Implementação do sistema de guardas da aldeia, paramilitares armados pelo estado da Turquia para agir contra insurgentes do PKK.

1986 - Outubro: Criação do Exército Popular do Curdistão pelo PKK (ARGK).

1987 - Declarado estado de emergência nas províncias curdas no sudeste da Turquia

1987–88 - Operação Anfal é deflagrada. A campanha genocida contra o povo curdo, liderado pelo regime de Saddam Hussein e dirigido por Ali Hassan al-Majid, foi uma série de ataques contra os rebeldes peshmerga e a população civil majoritariamente curda das zonas rurais do norte do Iraque. Estima-se que 50 mil a 182 mil pessoas morreram.

1988 - 16 de março: Iraque realiza um ataque químico contra a cidade de Halabja. Maio: Frente do Curdistão Iraquiano é criada.

1989 - Líder do Partido Democrático do Curdistão Iraniano, Abdul Rahman Ghassemlou, é assassinado.

1990 - Partido Trabalhista Popular (HEP) é criado na Turquia.

1991 - Inicia a Guerra do Golfo. Sucessão de levantes curdo-iraquianos e deslocamento em massa de refugiados. Os EUA lançam a Operação Prover Conforto (*Operation Provide Comfort*). Criação de uma *no-fly zone*, resultando em um Estado curdo no norte do Iraque. A Resolução 688 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) condena a repressão iraquiana aos curdos. Lei antiterrorismo (Nº. 3713/91) na Turquia enquadra a reivindicação de direitos para os curdos como um crime de terrorismo. Novembro - Suleyman Demirel torna-se Primeiro Ministro da Turquia e reconhece a “realidade curda”.

1992 - Junho–Julho: Governo Regional do Curdistão (GRC) é criado no Curdistão iraquiano. 4 de outubro: Turquia, PDK e PUK enfrentam o PKK no Curdistão iraquiano. O parlamento do GRC declara o Curdistão iraquiano um estado constituinte da federação iraquiana. 27 de outubro: Formação do Congresso Nacional do Iraque (CNI), oposição ao GRC.

1993 - Março-maio: O PKK declara unilateralmente um cessar-fogo na Turquia. 17 de abril: O presidente turco Turgut Ozal morre repentinamente. Maio: Suleyman Demirel torna-se presidente da Turquia. Junho: O Partido Trabalhista dos Povos (HEP) é proibido na Turquia, sendo sucedido pelo Partido da Democracia (DEP). Dezembro: Embates entre o PUK e islamitas no Curdistão iraquiano.

1994 - O partido DEP é banido na Turquia. Leyla Zana, primeira mulher curda a ocupar um cargo no Parlamento da Turquia, é presa por discursar em curdo na tribuna. Criação do Partido da Democracia Popular (HADEP) na Turquia.

1994–98 - Guerra civil entre PDK e PUK no Curdistão iraquiano.

1995 - Março: O CNI falha na tentativa de golpe no Iraque depois que a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) retirar seu apoio à operação. O PKK ataca o PDK no Curdistão iraquiano. A Turquia deflagra a Operação Steel.

1996 - Em 31 de agosto, as tropas de Saddam entram no Curdistão iraquiano para ajudar o PDK no embate contra o PUK.

1997- Em 1 de janeiro, a Operação Northern Watch sucede à Operação Provide Comfort na aplicação da zona de exclusão aérea sobre o Curdistão iraquiano. A Turquia lança duas operações no norte do Iraque. A Operação Hammer (12 de maio - 7 de julho) tinha como objetivo destruir unidades do PKK e fortalecer o PDK na guerra contra o PUK. Sem lograr resultados, foi sucedida pela Operação Dawn (25 de setembro - 15 de outubro).

1998 - 17 de setembro: O Acordo de Washington encerra a guerra civil entre o PDK e o PUK. Outubro: A Síria expulsa Öcalan, que estava exilado no país.

1998–99 - Öcalan busca asilo na Europa.

1998 - 16 de fevereiro: Öcalan é capturado no Quênia em uma operação conjunta entre a MIT (Organização de Segurança Nacional da Turquia) e a CIA. É extraditado para a Turquia, onde pede pelo fim da luta armada. 29 de junho: A Turquia condena Öcalan à morte por traição. Setembro: Öcalan pede que os combatentes do PKK deixem a Turquia. O PKK declara unilateralmente um cessar-fogo até 2004. Dezembro: União Européia (UE) aceita a Turquia como membro-candidato. A sentença de morte para Öcalan é colocada em regime de aguardo.

2000 - Maio: Ahmet Necdet Sezer, secularista independente, é eleito presidente na Turquia. Setembro e dezembro: PUK luta contra o PKK no Curdistão iraquiano.

2002 - Fevereiro: PKK renomeia-se Congresso da Liberdade e Democracia do Curdistão (KADEK). Agosto: O parlamento turco aprova uma reforma que abole a pena de morte e prevê que a educação e a radiodifusão curdas cumpram os padrões da UE para admissão. No entanto, a implementação dessas reformas permanece incerta. Outubro: A sentença de morte de Öcalan é comutada para prisão perpétua. O parlamento reunificado do GRC reúne e reafirma um status federal para o Curdistão iraquiano no Iraque pós-Saddam. 3 de novembro: O Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) obtém uma tremenda vitória eleitoral na Turquia e estabelece um governo majoritário. Dezembro: A Turquia encerra a Regra de Emergência nas duas últimas províncias ainda a possui. 14–17 de dezembro: A principal conferência da oposição iraquiana

realizada em Londres em meio a ameaças dos EUA de invadir o Iraque e declara que o Iraque pós-Saddam será um parlamentar democrático, e estado federal.

2003 - Fevereiro: Curdos iraquianos temem que a Turquia ocupe o Curdistão iraquiano de acordo com os Estados Unidos como parte da guerra dos EUA contra o Iraque. Março: Tribunal Constitucional da Turquia proíbe o HADEP pró-curdo. 19 de março: Estados Unidos invadem o Iraque.

2004 - Em 1 de junho de 2004, o PKK retoma as suas atividades de guerrilha. A organização, contudo, declara não mais objetivar a criação de um território separado. Após um levante no norte da Síria, organizado pelo PYD, são criadas as Unidades de Proteção Popular (YPG)

2005 - O Governo Regional do Curdistão (GRC) é oficialmente reconhecido pela nova constituição iraquiana.

2008 - Na Turquia, é inaugurado o primeiro canal de TV de língua curda (TRT6)

2009 - 19 de março: Nas eleições municipais, o partido pró-curdo Partido da Sociedade Democrática (DTP) ganha a maioria dos votos no sudeste do país. Abril: O PKK declara novamente o cessar-fogo. Setembro: Erdoğan lança a “Iniciativa Curda”, que permite o acesso a serviços sociais e religiosos em outras línguas que não o turco e prevê a criação de uma comissão para investigar abusos das forças armadas turcas. Dezembro: o DTP é banido pela Corte Constitucional sob alegação de vínculo com terrorismo, levando a prisão de 1,400 membros.

2011 - Primavera Árabe leva a deposição do governo da Tunísia e Egito. Guerra civil na Líbia e na Síria. Sob a liderança do Partido Paz e Democracia (BDP), sucessor do DTP, uma série de protestos curdos se espalham pela Turquia durante os meses de março a maio.

2012 - Dezembro: Erdoğan declara que estava negociando com Öcalan.

2013 - Abril: O PKK anuncia que irá se retirar da Turquia para o norte do Iraque.

2014 - Diversos protestos ocorrem na Turquia contra o Cerco de Kobanî, resultando na morte de 37 pessoas. O PKK realiza atentados em resposta.

2015 - Junho: O YPG e o Partido Democrático dos Povos (HDP) acusam o governo de Erdoğan de permitir que soldados do Estado Islâmico cruzassem a fronteira e atacassem a cidade curda-síria de Kobanî. O HDP ganhara 13,12% dos assentos nas eleições legislativas de 2015, tornando-se a terceira maior bancada da Grande Assembleia Nacional, o parlamento unicameral da Turquia (*Meclis*).

2016 - A República da Turquia dá início à Operação Escudo do Eufrates (24 de agosto de 2016 – 29 março de 2017). Os alvos são posições do grupo Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS) e as Forças Democráticas Sírias (FDS).

2017 - Início da Operação Idlib pelas Forças Armadas da Turquia.

2018 - Início da Operação Ramo de Oliveira, em 20 de janeiro, contra as posições das Forças Democráticas Sírias (FDS) na cidade síria de Afrîn. 17 de setembro: O presidente russo Vladimir Putin e o presidente turco Recep Tayyip Erdoğan, chegam a acordo para criar uma zona-tampão nas fronteiras de Idlib.